

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 17 de maio de 2022 - Ata n.º 43.

Aos dezessete dias do mês de maio de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **43.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**. O Sr. 2.º Secretário procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior (n.º 42, de 16 de maio de 2022), a qual, colocada em discussão, foi aprovada por unanimidade, tendo ficado à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem. A seguir, o Sr. 1.º Secretário procedeu à leitura dos documentos protocolados que compuseram o Expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 42, de 16 de maio de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos

Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, temos Expediente a ser lido, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, demais visitantes aqui, nossa Diretoria da Caixa Econômica Federal e está também o nosso campeão de rodeio da ExpoLondrina.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.)

Senhor Presidente, para comunicar às Sr.^{as} e aos Sr.^{es} Parlamentares do **Ofício n.º 380/2022**, uma Audiência Pública referente à apresentação formal do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2022 da Secretaria Estadual da Saúde, que será realizada no Auditório Legislativo, agora denominado Deputado Rubens Recalcatti, no próximo dia 7 de junho do corrente ano, às 9 horas; **Ofício n.º 1415/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6725/2021, do Deputado Tercílio Turini; **Ofício n.º 1417/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Copel ao Requerimento n.º 854/2022, do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 1407/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 726/2022, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1418/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 1993/2019, do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1430/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 1105/2022, do Deputado Michele Caputo; **Ofício n.º 1433/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo ao Requerimento n.º 640/2022, do

Deputado Goura; **Ofício n.º 1432/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Saúde ao Requerimento n.º 877/2022, do Deputado Homero Marchese; **Ofício n.º 206/2022** do Governador do Estado, comunicando a restituição do Projeto de Lei n.º 537/2017, de autoria dos Deputados Bernardo Ribas Carli, Tião Medeiros, Soldado Adriano José e Emerson Bacil, que concede o direito de livre passagem, como medida de segurança, aos veículos oficiais do Estado do Paraná nas praças de pedágio de forma automática e gratuita; **Ofício n.º 208/2022** do Governador do Estado, comunicando a restituição do Projeto de Lei n.º 107/2019, de autoria dos Deputados Marcel Micheletto e Professor Lemos, que altera a Lei n.º 17.599, de 12 de junho de 2013, que instituiu a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado do Paraná; **Ofício n.º 207/2022** do Governador do Estado, comunicando a restituição do Projeto de Lei n.º 849/2019, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que institui a Política Estadual de Incentivo à Ovinocaprinocultura; **Ofício n.º 1411/2022** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística ao Requerimento n.º 6966/2021, do Deputado Professor Lemos. Era isso o que tínhamos, Sr. Presidente, para o momento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhoras Deputadas, Sr.^s Deputados, peço a atenção de todos. Esta Presidência informa que o expediente de hoje será destinado para ouvirmos o Sr. Adriano Borges Resende, Superintendente da Rede da Caixa Econômica Federal do Paraná, que apresentará um balanço social da Caixa Econômica Federal e também irá apresentar as alternativas que a Caixa propõe à população paranaense, com novidades a ser anunciadas. Anunciamos também a presença, além do Sr. Sérgio Fernando Protz, Gerente-Geral da Agência Governo do Estado do Paraná, do Sr. Marques Calixto, Superintendente Executivo de Governo em Curitiba; do Sr. Tiago Cezar Bandeira, Superintendente Executivo de Varejo; do Sr. Marcos Rebello Lopes, Coordenador de Filial da Gerência de Governo/Curitiba; e do Sr. Carlos Alberto Galerani, Supervisor da Filial de Governo/Curitiba. Tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Adriano Borges Resende, ao tempo em que agradeço a disponibilidade de estarem aqui. A Assembleia Legislativa tem uma parceria

também institucional com a Caixa Econômica, portanto a nossa relação é uma relação próxima, de trabalho, de interesse de ambos, e somos agradecidos por esta parceria com a Caixa Econômica Federal. Concedo a palavra ao Sr. Adriano Borges Resende.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Adriano Borges Resende.

SR. ADRIANO BORGES RESENDE: Boa tarde a todos! Gostaria de começar cumprimentando o nosso Presidente Ademar Traiano. Obrigado pelo espaço à Caixa! Nosso também Deputado Luiz Claudio Romanelli, obrigado pelo carinho de sempre com a Caixa! Nosso Deputado Gilson de Souza, em nome de quem cumprimento todos os Deputados aqui presentes. Obrigado pelo espaço, onde vamos levar para todos vocês um pouquinho do que a Caixa tem feito pelo Estado do Paraná, um grande Estado, e nosso orgulho de apresentar alguns números do nosso balanço social da Caixa. Primeiro, gostaria de passar a vocês a nossa rede. Temos hoje, no nosso Estado, 225 agências da Caixa, mais 871 lotéricas, 741 correspondentes da Caixa, mais 26 superintendências em todo o Estado do Paraná, que atuam no atendimento a toda população, seis gerentes executivos especiais na área de Governo e mais seis gerentes executivos na área de habitação. Além de toda a área específica da área de Governo para suporte à nossa população. Temos feito um trabalho forte aqui também de expansão da nossa rede. Hoje, temos em estudo, em todo o Paraná, novas agências em Ortigueira e Reserva. Temos estudos. Nos próximos meses iremos inaugurar também uma agência em Pontal do Sul, além de ter inaugurado, o ano passado e este ano, também, 10 agências específicas para o agro. A Caixa tem feito um trabalho muito forte no agronegócio e, aqui em especial, no Paraná, abrimos 10 agências, sendo em Campo Mourão, uma em Cascavel, uma em Irati, uma em Londrina, outra em Guarapuava, Paranavaí, Pato Branco, Ponta Grossa, Santo Antônio da Platina e em Toledo. Temos também uma atuação muito forte que diferencia a Caixa dos outros bancos, que é nas questões sociais. Só para se ter uma ideia, o que todos os outros bancos fazem a Caixa também faz, mas a parte social é muito forte, em especial durante a pandemia ficou muito forte isso.

Somente o auxílio-emergencial, o ano passado, pagamos mais de 10.5 milhões de pagamentos, sendo um total de R\$ 2,34 bilhões, somente no Estado do Paraná. O *Auxílio Brasil* foram 226 mil pagamentos, sendo o total de 48 milhões pagos aqui no nosso Estado. *Bolsa Família*, atendemos mais de 1 milhão de pagamentos, a um total de 197 milhões pagos. O *BEM*, que é aquela operação onde a empresa não demitia o empregado e o Governo Federal entrava com uma parte do salário, foram mais de 166 mil pagamentos, sendo um total de 144 milhões. No seguro-desemprego, que a Caixa também é responsável, foram pagos, o ano passado, 871 mil pagamentos, sendo um total de R\$ 1.2 bilhão pago. Abono salarial, a Caixa também faz única e exclusivamente, que para 503 mil pagamentos o total de R\$ 412 milhões. Por fim, o FGTS, que a Caixa é responsável pelo FGTS, foram pagos quase R\$ 5 bilhões com mais de 3 milhões de pagamentos, ou seja, atendimentos à população paranaense. Além do mais, toda a parte social, temos o braço forte do Governo Federal nas questões de habitação. A Caixa hoje tem próximo de 70% de todo mercado habitacional é da Caixa. Aqui no Estado do Paraná não é diferente. Temos em carteira ativa mais de 426 mil contratos para os paranaenses, em um total de R\$ 31.7 bilhões, somente no FGTS. E no SBPE, que é para renda um pouco mais alta, são 103 mil contratos, sendo um total de R\$ 16 bilhões a nossa carteira. Somente o ano passado, olha, no meio da pandemia, a Caixa fez mais 26 mil e 500 contratos no *Casa Verde e Amarela*, no total de R\$ 3 bilhões. E, também, no SBPE, que é para renda um pouco mais alta, 21 mil contratos, em um total de R\$ 4.8 bilhões, gerando empregos, gerando renda e toda nossa população tem sempre o sonho da casa própria, e a Caixa fortemente realiza esse sonho. Fazemos também operações de crédito com o Estado. Foram, o ano passado, temos em ativo mais de 14 operações, com 880 milhões e operações do Orçamento Geral da União, que passam por meio da Caixa também, temos 88 operações ativas, em um total de R\$ 2 bilhões. Quando vamos para as operações de crédito para os municípios, aqui temos uma atuação forte em toda a Caixa. Somente o ano passado tivemos 52 operações, que chamamos de Finisa, para vários municípios e também mais... para no total de mais de R\$ 600 milhões, em 2020. E, em 2021, no ano da pandemia, foram 54 operações. A

Caixa não parou, muito pelo contrário, continua avançando com a parceria com os seus municípios, com mais de 54 operações, em um total de R\$ 567 milhões. O Finisa tem sido transformacional nos municípios que pegam esses recursos. Atuam muito fortemente, gerando emprego, gerando renda e melhorando, em especial, a qualidade de vida da população, por meio da grande maioria fazendo a parte de pavimentação. Temos também, como os outros bancos têm, as operações de crédito de pessoa física e pessoa jurídica. Somente na pessoa física, empréstimos normais próximos de R\$ 3 bilhões. E, na pessoa jurídica, inclusive no Pronampe, que a Caixa foi responsável por quase 40% de todo o Pronampe com o Governo Federal, atuamos muito forte com R\$ 1.84 bilhão. E, por fim, as novas oportunidades que a Caixa tem vindo muito forte. No agronegócio, somente no ano passado, do primeiro trimestre do ano passado para este ano, crescemos a carteira com quase 150%. Éramos o oitavo banco em rural há dois anos, e hoje somos o segundo banco, caminhando muito forte. O nosso Presidente Pedro tem feito um trabalho muito forte de nos direcionar para o agronegócio e a nossa carteira pulou de 8 bilhões para R\$ 21 bilhões somente no primeiro trimestre. Uma atuação muito forte. Estamos atuando com várias agências agro, como já falei, e nas feiras sempre quando tem oportunidade. Outra coisa também que a Caixa diferencia dos outros bancos é o microcrédito. Temos feito um trabalho forte do microcrédito por meio do aplicativo *CAIXA Tem*, onde a grande população que foi beneficiada dos benefícios fiscais, em especial do *Auxílio Brasil* ou auxílio-emergencial, sacam os recursos pelo aplicativo. Também estão tendo acesso ao microcrédito para empreendedores individuais ou também que tenham microempresas e somente assim, Presidente, é importante informar, quase 80% desses créditos são para negativados. Então, a Caixa é o primeiro e único banco que está atuando como fundo garantidor do microcrédito para atender a essa população. É uma operação que começou no final do mês de março, mas já estamos com mais de 3,8 milhões de clientes aprovados e um total de 1.2 milhão contratados. Então, isso é um diferencial da Caixa, vindo com muita força neste ano. E para termos um balanço comparativo da Caixa com o que injetamos no Estado, foi próximo o ano passado de R\$ 22.7 bilhões. Somente a Caixa

injetou, no ano passado, no Governo do Estado, no Estado do Paraná, 22.7 bilhões. E se compararmos com a ROA do Estado, que é próximo de 60 bilhões, a Caixa é responsável próximo de 37% de todos os recursos comparativo com a ROA. Então, é um grande parceiro do Governo do Estado, um braço forte do Governo Federal, cumprindo a sua missão. Seria isso, Presidente, queria agradecer o espaço. Podem contar com a Caixa. A Caixa é uma equipe forte, extremamente técnica. Temos em quase toda a localidade alguma agência para atender à população. Fora isso, temos a rede lotérica, os nossos parceiros, e sempre bem representada por toda a equipe da Caixa. Muito obrigado! Contem conosco no que precisar, Presidente! Obrigado! (Aplausos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Agradecemos, em nome da Mesa Executiva, de todos os Sr.^s Deputados, pela exposição feita pelo Adriano em relação à ação da Caixa Econômica Federal. É de conhecimento público e devem ser reconhecidas, na verdade, todas as iniciativas, principalmente aquelas de cunho social e na sustentabilidade que dão também a projetos do municipalismo paranaense e brasileiro. Conhecemos os programas e são realmente muito interessantes, com taxas diferenciadas, prazos bons, para que os senhores Prefeitos possam fazer os investimentos em suas comunas. **Vou suspender a Sessão** por um instante para que possamos fazer as fotos, registrando a presença da Caixa aqui na Casa e também permitir aos Sr.^s Deputados que possam cumprimentá-los.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Presidente, posso dar uma palavrinha?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Aproveitar aqui para cumprimentar e parabenizar o trabalho da Caixa Econômica Federal aqui no Estado do Paraná. Cumprimentar também o Governo Federal, o Presidente Bolsonaro e toda a sua equipe, o Presidente da Caixa Econômica. E isso aí está mostrando ao Brasil a diferença de um Governo sério, que temos atualmente com o Governo Bolsonaro, para o Governo anterior, que ao contrário disso, encolheu a Caixa Econômica e

levou a prejuízos enormes à Caixa Econômica por má gestão. Então, parabéns aos senhores! Parabéns pelo trabalho sério, honesto e competente. Obrigado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, *pela ordem*. Isso não tem nada a ver com o que está sendo colocando, criticar o Governo anterior. Está falando da instituição Caixa, poxa!

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Não critiquei, falei uma verdade. Desculpe-me.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A Caixa é uma instituição universal. Vamos, então, à Sessão de fotos. **Está suspensa a Sessão.**

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está **reaberta a Sessão**. Vamos ao primeiro orador inscrito, Deputado Marcio Pacheco. Registro aqui na Casa a presença do atleta Assyrio José Reinaldo Dias, do município de Sertanópolis, campeão da final nacional da Copa Wrangler Ekip Rozeta, etapa Londrina; da Prefeita de Sertanópolis, Ana Ruth; do Vereador Sidnei Rogério Ribeiro, o Catuaba; e de Lourdes Barba Dias, mãe do homenageado e Ministra de Eucaristia. Deputado Marcio, por favor.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Marcio Pacheco; Soldado Fruet; e Goura.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, é exatamente este o motivo que nesta tarde me traz aqui à tribuna e quero agradecer a V.Ex.^a pela condescendência que faz de podermos, neste horário do Pequeno Expediente, apresentar esta homenagem que propus aqui na Assembleia e que foi aprovada pelos Sr.^s Deputados e na verdade para colocar em pauta justamente hoje o município de Sertanópolis. Para se ter uma ideia da importância desta homenagem nesta tarde, prestigia este ato a Prefeita lá do município de Sertanópolis, muito bem-vinda a Prefeita Ana Ruth Secco, que

tem uma amizade bastante grande com o Deputado Romanelli, a quem faço aqui uma deferência também, que cuida lá do município com outros Deputados, estava conversando com ela ali, enfim, fica aqui a deferência também. Mas, tivemos lá, Sr. Presidente, no município de Londrina, justamente a etapa final do campeonato, a final nacional da Copa Wrangler Ekip Rozeta, etapa que aconteceu em Londrina. E na cidade de Londrina quem se destacou foi Sertanópolis. Então, quero fazer este destaque e os responsáveis por essa deferência ao município de Sertanópolis, que virou lá uma grande festa, foram três atletas; um deles está aqui, que vou destacar na sequência, mas quero também fazer aqui uma referência à Laura Felizardo da Silva e também à Ana Laura Zanone Rizzato. Em disputas nessa mesma etapa de rodeio lá em Londrina, a Laura foi a campeã da prova de três tambores na ExpoLondrina 2022 e me diz aqui também que a Ana Laura Zanone Rizzato ficou em terceiro lugar na mesma prova, ambas de Sertanópolis. E, nesta tarde, claro, a homenagem maior é para o Assyrio, que está ali, que nos dá a honra da presença nesta tarde, o Assyrio José Reinaldo Dias, que tem se tornado grande referência realmente no município, tem levado, dado muitas alegrias para o povo de Sertanópolis; e ele nesta tarde é acompanhado, o maior orgulho, Prefeita Ana, que vi é a mãe, feliz, muito orgulhosa do filho que tem, a Dona Lourdes Barba Dias, que é Ministra da Eucaristia lá no município de Sertanópolis e está toda feliz, deu todo o apoio sempre para o Assyrio. O Assyrio, antes de ser agora campeão da final nacional dessa Copa Wrangler Ekip Rozeta, etapa Londrina, já tem uma trajetória muito longa, começou aos 16 anos, antes disso também foi campeão de Londrina, campeão de Sertanópolis, campeão de Paranaguá e campeão de Caçador-SC e campeão em Cordilheira Alta-SC também – neste momento, Presidente, ele está inclusive classificado para participar da maior festa de rodeio do Brasil, que é a Festa de Barretos, está em quinto classificado e 10 são convidados para participar. Então, Assyrio, ficam aqui os nossos cumprimentos a você; Sertanópolis está feliz com o teu sucesso. E hoje Sertanópolis, o Assyrio, está aqui também o Vereador Sidnei Ribeiro, conhecido como Catuaba... Perguntei para ele qual é o motivo do nome e ele falou que é por causa da família, que tem uma história de um bar que tinha lá. Falei: *Mas, não é*

por causa de você? Ele falou: *Não, estou tranquilo.* Mas, tem uma fama lá da catuaba. Então, fica aqui também os meus cumprimentos. Além disso, acompanha também o Assyrio, a Eunice de Lima Casagrande, que é Vice-Presidente do Sindicato Patronal Rural; a Celina Terassi, que é Presidente do Sindicato Patronal; a Gabrieli Specker, que é quem cuida da rede social do Assyrio; e é a Pedrina Bárbara, que é prima do Assyrio. Então, todos, muito bem-vindos a esta Casa. Presidente, quero mais uma vez agradecer ao senhor por esta oportunidade e nós, na sequência, se V.Ex.^a consentir, vamos talvez suspender a Sessão para entregar esta homenagem muito merecida ao município de Sertanópolis na pessoa do Assyrio e desejar a ele todo o sucesso. Quem sabe, com a graça de Deus e seu esforço possa ser campeão lá de Barretos. Por que não? Um vai ser campeão; quem sabe pode ser o Assírio, aí vai ser motivo de alegria para o Paraná e de maneira muito especial para Sertanópolis. Então, que Deus abençoe, Assyrio, a tua carreira. Obrigado a todos que estiveram aqui presentes, à Prefeita, ao Vereador Catuaba, à mãe do Assírio. E obrigado mais uma vez ao Presidente por consentir que façamos esta homenagem muito justa, mas também muito importante de ser feita aqui no Plenário da Assembleia Legislativa e destacar o município de Sertanópolis. Viva Sertanópolis! Viva o campeão Assyrio, da etapa de rodeio que está fazendo sucesso em todo o Brasil e está vindo ali também o Deputado Tercílio Turini, que, claro, tem todo um trabalho lá, a Prefeita inclusive falou do trabalho do Deputado, do Deputado Cobra, do Deputado Tiago Amaral, enfim, de todos os Deputados que atuam, do Alexandre Curi, e também temos bons amigos lá no município de Sertanópolis. Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não. Então, vamos fazer a entrega à Prefeita de Sertanópolis de uma homenagem do Poder Legislativo. **Vou suspender a Sessão por instantes.**

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão.

Próximo orador inscrito para o uso da tribuna, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, amigos que nos acompanham pela *TV Assembleia*, pelas redes sociais. Na data de hoje apresento aqui um requerimento ao Secretário da Segurança Pública, Doutor Mesquita, onde solicito informações, Sr. Presidente, sobre a utilização dos recursos enviados pelo Fundo Nacional de Segurança Pública desde 2019, primeiro ano que o fundo começou a repassar recursos diretamente para o Estado. Vamos deixar bem claro aqui que o Doutor Mesquita, não foi o Doutor Mesquita que aplicou os tais recursos, visto que ele acabou aí de assumir o cargo, a Secretaria aí há poucos dias. Mas, na visita que fiz aí ao Doutor Marcelo Moreno, que é Diretor de Políticas de Segurança Pública do Ministério de Justiça e Segurança Pública, recebi algumas informações sobre valores e sua utilização, o que me deixou preocupado, pois na prática não vimos essas aplicações. Então, o que pretendemos é tão somente ter conhecimento de como esses valores, esses recursos foram utilizados e também ter conhecimento se ainda existem recursos não aplicados e os motivos da não aplicação, pois é inadmissível, Sr. Presidente, que dinheiro da segurança fique parado no caixa do Estado quando as forças de segurança pública enfrentam tantas necessidades estruturais. A Deputada, que no momento não se encontra, mas temos aqui a Deputada Mara Lima, Deputada Mabel, que com os demais Deputados desta Casa têm aí um brilhante trabalho no enfrentamento à violência contra a mulher. Esse fundo, por lei, deve destinar 5% do seu montante para as ações em combate à violência contra a mulher. Nossa intenção tão somente é saber se esse percentual vem sendo utilizado ou está parado na conta do Governo, quando tantas ações aí pela segurança das mulheres são necessárias. Espero que em respeito à tão falada transparência, a Liderança do Governo aprove aqui o nosso requerimento e que todos tenhamos a possibilidade de exercer o papel nosso como Deputado que é fiscalizador, que cabe a cada um de nós Parlamentares. Na sequência, Sr. Presidente, quero comunicar também que na data de hoje o Promotor-Chefe do Gepatria recebeu a nossa denúncia sobre a farra dos

contratos com os advogados da Ferroeste. Como denunciei há semanas, não é possível que uma empresa pequena como a Ferroeste fique aí realizando contratos milionários, sem licitação, e com um grupo aí seletivo de advogados, todos interligados por laços familiares, ou de sedes localizadas no mesmo endereço. Pedi aí ao Ministério Público que investigue essas licitações e a legalidade desses contratos. Também quero informar ao Gepatria que já havia recebido, que o Gepatria já havia recebido a nossa denúncia sobre outra farra que denunciei aqui, a dos uniformes das escolas cívico-militares. Transformou a nossa denúncia em uma ação civil pública, uma ação civil pública e está sendo investigada a licitação toda, Sr. Presidente. Esperamos que os responsáveis sejam punidos e o Estado do Paraná seja ressarcido dos mais aí dos 40 milhões gastos com uniformes de péssima qualidade. E o Sr. Renato Feder, o Secretário de Educação, foi buscar aí uma empresa de péssima reputação, como já havíamos denunciado e alertado aqui nesta Casa. Mas parece que o Sr. Renato Feder, o Secretário da Educação, ele não aprende com os seus erros, ou não quer aprender, ou talvez não seja aí interessante para ele aprender. No caso dos uniformes, o Paraná tinha excelentes empresas aptas a participar da licitação se a entrega fosse programada e não maquiada. Tínhamos a própria, que conheço, a AVM, especializada em uniformes militares e de escolas militares, mas não servia ao Sr. Feder, tinha que vir uma empresa de fora, que foi lá no Paraguai comprar as camisetas, que mais parece um trapo, um pano de chão. Agora, o Sr. Feder desconsiderou as sete Universidades Estaduais do Paraná, todas reconhecidas nacionalmente pela sua excelência, desconsiderou as nossas universidades, e foi buscar um tal de instituto nada conhecido para realizar o PSS da educação. Pagou nada mais, nada menos que R\$ 5 milhões, sem licitação, a esse Instituto chamado Consulplan, de desenvolvimento, projeto e assistência social. Mas alguém aqui, Parlamentar, já ouviu falar desse instituto? Certamente que não. Mas de onde é esse instituto? De Minas Gerais... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Soldado Fruet, para concluir.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Para o nosso Secretário, Ilustríssimo Secretário Renato Feder, o Paraná não produz nada, não tem expertise de nada, não gera nada. Vocês percebem que tudo que se contrata sem licitação é de fora do Paraná? Por que será? Esse é o Governo importado e nada transparente, Sr. Presidente, de Ratinho Junior, um Governo comprometido com os grandes e que sempre está virando as costas para os pequenos, e principalmente para as nossas indústrias aqui do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Goura, pelo PDT.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Uma boa tarde a V.Ex.^a, aos membros da Mesa, a todos os Deputados e Deputadas, cidadãos paranaenses que acompanham a nossa Sessão. Senhor Presidente, hoje é um dia muito importante, mundialmente é celebrado o Dia Internacional de Combate à LGBTI-Fobia. Ontem, nesta Casa, realizamos pela Comissão de Direitos Humanos, com o Deputado Tadeu Veneri, uma Audiência Pública para discutir o enfrentamento à violência de gênero que ocorre em todo o País e, especialmente, aqui no Paraná e o que pode ser feito com políticas públicas, com ações por parte do Governo do Estado, da nossa própria Assembleia Legislativa para criarmos uma cultura de respeito à diversidade. Uma cultura de respeito, Sr. Presidente, a todas as orientações sexuais. E aqui quero parabenizar, Sr. Presidente, a Comunicação da Casa que fez um *post*, assim como fez o Governo do Estado também em alusão a esse dia, Deputado Professor Lemos, mas, infelizmente, basta vermos um pouco a caixa de comentários, Deputado Requião. Fala-se que não é para ver a caixa de comentários ou que a internet deu voz aos idiotas, infelizmente essa é a verdade. Mas gostaríamos de solicitar, Sr. Presidente, que a própria Procuradoria da Casa avalie o teor dos comentários, porque é possível que tenhamos ali comentários que são criminosos. A LGBTI-Fobia é homofobia, é crime no Brasil e temos que deixar uma mensagem muito clara desta Casa de respeito a todos as formas de orientação sexual, de respeito à diversidade. É inadmissível que ainda convivamos com a violência contra as pessoas trans,

contra lésbicas, contra *gays*, contra todas as pessoas que fogem à normativa que se estabelece como normal. Então, fica aqui esse registro. E viva o dia 17 de maio, viva a luta contra a LGBTI-Fobia. Senhor Presidente, outro ponto que gostaria de abordar aqui, nesse último final de semana, em Antonina, participei, com o Prefeito Zé Paulo, da inauguração da primeira ciclofaixa de Antonina. Uma obra para garantir segurança viária para os milhares de ciclistas antoninenses. Antonina já é uma cidade reconhecida pelo turismo de natureza, pela bala de banana e agora também pela bicicleta. A ciclofaixa, Deputado Fruet, vai ligar a Avenida Tiago Peixoto, conectando três escolas públicas, conectando áreas comerciais. E foi muito bonito de ver, Sr. Presidente, a adesão da população, das crianças e o nosso compromisso de apurar o investimento cicloviário em todas as cidades do Paraná, em especial, aqui do nosso litoral. Já está sendo redigido e construído o circuito de cicloturismo da Rota Caiçara, conectando sete municípios do nosso litoral, conectando o Circuito Lagamar, no Estado de São Paulo, o Circuito Costa Verde e Mar, no Estado de Santa Catarina, e conectando o Circuito do Alto Iguaçu, aqui na Região Metropolitana de Curitiba. Então, Sr. Presidente, a bicicleta não é apenas, ainda estamos no maio amarelo, a bicicleta não é apenas o veículo do presente, ela é veículo do futuro, que tem que ser fomentado e fortalecido com políticas públicas para toda a população paranaense. Por fim, Sr. Presidente, queria fazer aqui uma denúncia que chegou até nós dos moradores, Deputado Marcio Nunes, que está aqui conosco, de Campo Mourão, sobre a PCH que está sendo instalada no Rio Mourão, Deputado Tadeu Veneri. Há uma manifestação muito grande por parte de lideranças indígenas, por parte de ambientalistas contra esse empreendimento que ameaça a Cachoeira Barreiro das Frutas, conhecida como Salto Santa Amália. Uma manifestação muito grande contra esse empreendimento. Lembro que no Governo Ratinho Junior, as PCHs proliferaram de forma descontrolada, o que não houve, Deputado Requião, no Governo de vosso pai, porque havia controle ambiental muito mais restrito. As PCHs não têm nada de pequeno nos seus nomes. Tem um pequeno apenas na nomenclatura, mas são empreendimentos com enorme impacto ambiental e social. Sabemos de vários empreendimentos como esses que estão sendo

implantados no Estado do Paraná sem o devido controle ambiental, sem as contrapartidas sociais às comunidades... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Então, dizia que essas centrais hidrelétricas trazem grandes lucros para empresários, não geram energia no local e merecem muito mais atenção por parte do poder público. O Deputado Tadeu Veneri acabou de dizer aqui para mim que a Comissão de Direitos Humanos estará presente no local neste sábado para averiguar, *in loco*, as denúncias que estão sendo trazidas. Então, fica aqui todo o nosso apoio à luta dos Guardiões da Cachu, as lideranças indígenas que estão protegendo as áreas remanescentes florestais do Rio Mourão. E, Sr. Presidente, viva o Rio Mourão. Viva o Dia Internacional Contra a LGBTI-Fobia e viva a nova ciclofaixa da Tiago Peixoto em Antonina. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): No Grande Expediente, Deputada Mabel Canto.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra a Sr.^a Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputadas, Deputados, a todos que nos assistem. Venho a esta tribuna hoje para falar sobre dois assuntos. O primeiro sobre a questão da saúde, novamente, na região dos Campos Gerais. A desorganização, a falta de planejamento que estamos tendo no município de Ponta Grossa e que afeta toda a região dos Campos Gerais. Vejam vocês, temos um prédio do Hemonúcleo, do Hemepar, que foi reformado, que já está pronto, falta somente colocar os móveis e inaugurar. Mas o nosso Hemonúcleo de Ponta Grossa está locado, neste momento, em um prédio da Prefeitura do Município de Ponta Grossa, que era o antigo pronto-atendimento. Em contrapartida, neste momento, a Prefeitura estava precisando de um local para realizar um pronto-atendimento infantil, um centro de saúde para as nossas crianças, para tentar desafogar o problema dos atendimentos das nossas

crianças e aí resolveu utilizar um novo espaço de uma Unidade de Saúde recém-entregue, recém-construída, inclusive com recursos do Governo do Estado e da Sesa no valor de R\$ 700 mil, que foi construída para atender à população de um bairro, em torno, mais ou menos, ali de 10 mil pessoas da comunidade e que agora foi transformada em um centro de atendimento infantil, que foi inaugurado ontem. Então, a questão é muito simples, temos um Hemonúcleo, um prédio do Hemonúcleo que já poderia estar funcionando no seu local de sempre; temos um pronto-atendimento infantil que poderia estar funcionando no antigo pronto-atendimento ao lado do Pronto Socorro Municipal de Ponta Grossa, que inclusive foi fechado; e teríamos uma Unidade de Saúde, recém-entregue, atendendo aos moradores lá de Ponta Grossa, mas, infelizmente, a falta de gestão, de planejamento e o mando político errado, que falava para vocês na semana passada, estão afetando diretamente a população, especificamente, nos atendimentos de saúde e causando um caos na nossa cidade. O que falta, como já ia falando, é a questão da gestão. Temos visto que não há pulso firme na gestão em Ponta Grossa da saúde. Não só da saúde, mas a saúde, como sempre digo, é prioridade, então, realmente é uma área específica que cobramos muito, e a Prefeitura, devido a essa falta de gestão e de planejamento, está correndo o risco, inclusive, de ter que devolver R\$ 700 mil para a Sesa, porque, justamente, esse R\$ 700 mil que foi destinado para a construção dessa Unidade de Saúde, lá em Ponta Grossa, tinha essa destinação. Uma destinação fim do recurso e que, agora, mudou, a Prefeitura mudou a destinação, mudou para um centro de atendimento infantil. E fez isso, iniciou obras, inclusive, nesse novo prédio, sem a autorização da Sesa. Inclusive estamos protocolando hoje um requerimento para a Sesa, até para fiscalizar um bom uso dos recursos públicos do Estado, pedindo mais informações sobre essa situação, se a Sesa autorizou, se a Sesa irá autorizar e se essas alterações, de fato, são legais ali no município de Ponta Grossa. A mesma falta de gestão que estamos vendo lá na nossa cidade, com relação ao que falei aqui para vocês, é a que fechou o pronto-atendimento infantil no antigo hospitalzinho da criança, que hoje é Humai, Hospital Materno-Infantil, que, infelizmente, só é referenciado, não tem mais as portas abertas para a nossa

população. É a mesma gestão que também pagou em duplicidade R\$ 827 mil para a empresa que cuida da UPA Santa Paula, que cuida dos atendimentos às nossas crianças, os atendimentos que levam às vezes 8, 9, 10 horas para serem realizados. É a mesma gestão que está devendo R\$ 70 milhões para o INSS, a Fundação Municipal de Saúde criada há pouco tempo, está devendo R\$ 70 milhões para o INSS, porque não pagou a contribuição patronal. É a mesma gestão da Prefeita que se aut nomeou Secretária da Saúde na nossa cidade e em menos de 24 horas revogou o decreto da sua nomeação, porque era um ato ilegal e que podia, inclusive, levar até a sua cassação. Isso tudo impacta, infelizmente, a população mais simples da nossa cidade, a população que depende diretamente do SUS, dos atendimentos de saúde ali em Ponta Grossa. E aí a Prefeita, o grupo político dela, que é formado lá pelo Ex-Prefeito Marcelo Rangel, pelo Deputado Federal e Ex-Secretário Sandro Alex, eles não gostam de ser criticados, não é, eles não gostam de ser criticados e daí eles ficam falando que a Oposição faz *mi-mi-mi*, faz *chororô*, mas *chororô* mesmo é o choro das mães, das crianças que ficam aguardando horas e horas e horas por um atendimento na saúde do nosso município. Não torço, não sou daquelas que torce para quanto pior melhor, jamais, porque sou mãe, me coloco no lugar das mães, dos pais que estão lá procurando atendimento de saúde para seus filhos. Quando meus filhos ficam doentes, já fico desesperada. Já quero encontrar solução para o que eles estão passando. Imaginem uma mãe que fica horas aguardando atendimento! E esses dias ouvi, da Prefeita, ouvi em um evento em que estávamos, que a população é impaciente. Impaciente? Imagine uma mãe, ela dizer isso para uma mãe que está esperando 7 horas, Deputado Requião, por uma consulta na UPA. Não tem paciência mesmo que reste para essas pessoas lá na nossa cidade. Então, queria pedir à Sesa que respondesse aos nossos questionamentos a respeito da legalidade do que estão fazendo, infelizmente vemos um movimento da 3.^a Regional de Saúde encobrindo muitas ilegalidades do que vêm acontecendo lá no Município de Ponta Grossa. Quero dizer que vamos continuar cobrando, porque, afinal de contas, todos os dias recebemos da população vídeos, denúncias sobre a falta de atendimento na saúde do nosso município. E muito mais do que dar voz para essa população,

temos que escutá-la. Então, acho que a Prefeita de Ponta Grossa e o seu grupo político precisam escutar mais a população e aí eles vão saber, de fato, o que precisa ser feito lá na saúde do nosso município. Por fim, Presidente, gostaria de falar também hoje, que iniciamos a votação do Projeto de Lei 264/2021, de minha autoria, do Deputado Boca Aberta, da Deputada Cantora Mara Lima, da Deputada Cristina Silvestri, da Deputada Luciana Rafagnin, do Deputado Goura, do Deputado Romanelli e do Deputado Michele Caputo, que institui a Semana de Conscientização sobre o Ciclo Menstrual, a ser realizada, anualmente, na semana que compreende o dia 28 de maio, que é, justamente, o Dia da Menstruação. E estamos protocolando esse Projeto e pedimos inclusive a tramitação em regime de urgência, nesta semana, porque na semana que vem temos o Dia da Menstruação. Esperamos, inclusive, temos o comprometimento da Liderança do Governo para que o Projeto seja sancionado ainda nesta semana ou na próxima...

Deputado Boca Aberta Junior (PROS): Um aparte, Deputada.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Só um momentinho, Deputado. E esse Projeto visa conscientizar as nossas meninas, os nossos meninos nas escolas sobre essa temática que ainda, infelizmente, é um tabu. Existe muita desinformação sobre o assunto e recentemente aprovamos aqui uma Lei, a 20.717, de 2021, que criou justamente a Lei da Igualdade Menstrual, que foi um Projeto protocolado pelo Deputado Boca Aberta, em coautoria comigo e com outros Deputados, mas que foi um Projeto e é preciso fazer justiça, Deputado Boca Aberta Junior, para sua mãe, porque a sua mãe é a Vereadora Mara Boca Aberta, de Londrina, foi quem lhe deu a ideia para esse Projeto. Concedo-lhe um aparte.

Deputado Boca Aberta Junior (PROS): Isso mesmo, Deputada. Muito importante o tema que V.Ex.^a traz hoje. Esta Casa aprovou este ano o Projeto de nossa autoria, com diversos Deputados, o Deputado Romanelli, enfim, e todas as Deputadas da Casa a quem estendemos essa ideia, que permite ao Executivo que, por meio de doações, de campanhas, de entidades e associações da

sociedade civil, enfim, até da iniciativa privada, que receba esse item básico de higiene, que é esse absorvente, que sabemos das dificuldades das famílias em situação de vulnerabilidades, dessas mães, dessas adolescentes que muitas das vezes deixam de frequentar as salas de aula nesse período menstrual, para que possam receber esse item básico de higiene. E, por meio do Executivo, que esse absorvente seja repassado a essas famílias em situação de vulnerabilidade e também, diretamente também às UBSs, Unidades Básicas de Saúde dos Municípios, às escolas públicas do nosso Estado. Então, um importante Projeto que aprovamos na Assembleia Legislativa, inclusive a Assembleia Legislativa do Paraná dando o exemplo, sendo o Paraná o primeiro Estado do Brasil a aprovar uma lei nesse sentido que vem para dar mais dignidade a todas as adolescentes e a todas essas famílias. Parabéns pelo tema que a senhora traz, hoje, inclusive hoje outro Projeto de nossa autoria, com todos os Deputados também que foram coautores do Projeto da Pobreza Menstrual, que é o Projeto de Conscientização da Pobreza Menstrual. Isso tem que ser debatido nas salas de aula, ser debatido em toda a sociedade civil para que por meio disso, dessa lei aprovada com o Projeto da Pobreza Menstrual, possamos elaborar políticas públicas para combater essa desigualdade. Parabéns pelo tema, Deputada, que a senhora traz aqui hoje. Muito obrigado pelo aparte.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Obrigada, Deputado Boca Aberta Junior. Como foi dito, é um debate que precisa acontecer. Acho que algumas pessoas ainda pensam: *Poxa, mas por que a gente vai discutir sobre um assunto desses?* Mas, gente, é um problema de saúde pública! Muitas meninas, muitas mulheres não têm acesso a um item tão básico que é um absorvente. Ainda há um tabu muito grande na discussão, não é, Deputado Tadeu. Quantas meninas não sabem nem o que é menarca. Então, precisamos falar sobre esse tema, realizar a discussão, isso é questão de saúde pública. Saúde pública se discute. Com o aparte, Deputado Tadeu.

Deputado Tadeu Veneri (PT): Obrigado, Deputada Mabel. Parabenizo a senhora pelo tema, novamente. Sempre faço a seguinte lembrança: esse é um tema que

tem que ser debatido pelas mulheres, pelas Parlamentares mulheres, mas também e principalmente pelos Parlamentares homens. Nós, homens, temos uma cultura extremamente machista, preconceituosa e muitas vezes a maioria dos homens, inclusive dos homens que conheço, sentem-se envergonhados e desconfortáveis em falar sobre menstruação. Obviamente por uma questão, o Professor Tercílio que preside a Sessão sabe até por uma questão biológica. Agora, ao não fazer esse debate, ignoramos, por exemplo, que dentro dos presídios, a maioria dos presídios não fornece absorvente e as mulheres têm que improvisar. Improvisar. Aqueles que têm filhas, têm amigas, as suas esposas sabem muito bem que isso acontece todos os meses, querendo ou não. E muitas mulheres que visitei em presídios usavam miolo de pão, resto de jornal, pedaço de pano, porque simplesmente não tinham absorvente, que é algo de primeira necessidade para qualquer mulher. Então, creio que nós, homens, é que deveríamos também assim como fez o Deputado aqui, Mateus, ele e sua mãe, e a senhora traz esse tema, deveríamos fazer uma grande campanha para que nas escolas esse fosse um tema debatido todos os anos, em todas as séries para as crianças saberem. Claro que sempre há o preconceito, para que as crianças saibam que isso vai acontecer, para que as meninas saibam, porque as pessoas que têm uma classe social do ponto de vista financeiro mais privilegiado, não tem esse problema. Quem tem esse problema são justamente as pessoas que não têm acesso: nem ao conhecimento e muito menos, às vezes, à necessidade de obter algo tão primário, tão simples como é o absorvente. Seria como se não déssemos o direito às crianças dentro das escolas – e algum tempo não era usado – de terem pasta de dente e escova e não terem sabonete. Essas coisas que hoje são tão comuns e até um tempo atrás não eram porque também achavam que não era necessário. Obrigado, Deputada Mabel, pelo aparte.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Mas, justamente, Deputado Tadeu, acho que com todo esse tabu, não é só nas comunidades mais pobres. As comunidades mais pobres, as meninas acabam não tendo acesso ao item, mas mesmo nas classes mais abastadas ainda existe o preconceito de as meninas conversarem sobre o tema, de os meninos conversarem sobre o tema. Por isso,

hoje, o Projeto de Lei criando essa *Semana de Conscientização sobre o Ciclo Menstrual*, que temos que falar, temos que debater nesta semana que compreender o dia 28 de maio. E lembrando, Deputado Boca Aberta, que o Estado, além de poder receber por meio do *Projeto da Igualdade Menstrual* os absorventes, as doações de absorventes... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputada Mabel, por favor, para concluir.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Para concluir. Então, além de o Estado poder receber, no ano passado, inclusive a pedido dos Deputados autores do *Projeto da Igualdade Menstrual*, liderados ali pelo Deputado Boca Aberta Junior, colocou no orçamento deste ano R\$ 2 milhões para realizar a compra e fazer a distribuição nas Unidades de Saúde e, também, nos colégios do nosso Estado. Então, uma temática importante, precisamos debater, chega de ser tabu, e peço então a compreensão e o voto favorável, desde já, a todos os Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Passamos ao horário das Lideranças. Com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Ricardo Arruda (PL); Nelson Luersen (UNIÃO); Tadeu Veneri (PT); Coronel Lee (PDC); Luiz Claudio Romanelli (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas, Deputados, os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Tenho dois assuntos importantes a tratar aqui. O primeiro deles é a respeito do pedido, protocolei um pedido de *impeachment* do Prefeito Rafael Greca por ter cometido crime de responsabilidade, de acordo com o Decreto-Lei n.º 201, de 67: “Descumprir Lei Federal, Estadual ou Municipal é crime de responsabilidade passível de *impeachment*, mesmo sem passar pela Câmara de Vereadores.” Por essa razão, protocolei esse Projeto na Câmara e protocolei junto ao Ministério Público. Hoje pela manhã estive reunido com o Procurador-Geral, Dr. Giacoia,

como sempre muito educado, atencioso, explicando e pedindo agilidade nesse processo. Por que agilidade? Porque as pessoas estão sendo vítimas desse Prefeito tirano, que não respeita a lei e está demitindo, já demitiu duas ou mais pessoas, e pior, da área da saúde. Pessoas que lutaram aí nos dois anos da pandemia, arriscando a vida, salvando vidas. Aí vem esse Prefeito, porque ele acordou achando que quem não tomou a vacina contra a Covid tem que ser demitido, porque tem um Decreto dele. Senhor Prefeito, o seu Decreto não tem valor nenhum. Primeiro que a Constituição Federal jamais obriga alguém a tomar vacina. Ok? Segundo, temos uma Lei Estadual aprovada aqui que proíbe a comprovação do comprovante da vacinação da Covid e nós, Parlamentares, Prefeito Rafael Greca, não estamos aqui brincando de fazer política. O senhor está brincando de ser Prefeito ou reizinho e continua na sua arrogância, na sua prepotência e na sua ignorância no que se trata de Covid. Pior: quando protocolei na Câmara de Vereadores e falei aqui nesta tribuna que íamos ver quais Vereadores que realmente trabalham a favor do povo e quem é *cupincha* do Prefeito, quem tem *rabo preso* com o Prefeito, quem deve cargos e favores ao Prefeito, e já foram revelados alguns, saiu uma matéria na *Banda B*. O Líder do Prefeito na Câmara de Vereadores, o Vereador Pier Petruzzello, o Vereador Pier, mais conhecido como Pier, ele diz o seguinte, Deputado Romanelli: “Se o Deputado entende que o Decreto é inconstitucional, o caminho a se buscar é o Judiciário e não a Câmara de Curitiba. Em sua avaliação, a denúncia seria uma manifestação política.” Ora, Vereador, o senhor é *cara de pau* mesmo. O seu problema chama-se caráter ou a falta de. Já tivemos algumas informações do senhor até com um Deputado aqui desta Casa, um bom Deputado, que já foi traído pelo senhor. O senhor realmente age dessa maneira. Só busca o seu interesse e o mesmo faz com o povo. O senhor está *pouco se lixando* para o povo. O senhor só lembra-se do povo quando é ano eleitoral para pedir o voto e fazer *carinha de anjo*, mas aí a verdade aparece. Ou o senhor não tem nenhuma informação, como outros colegas do senhor que vi aqui, o Dalton Borba, o Ezequias Barros, que todos falaram que devo procurar a Justiça. Já procurei. Só que os senhores deviam ter o mínimo de conhecimento jurídico ou se informar

com o jurídico da Câmara de Vereadores e ver que o Decreto-Lei n.º 201, de 67, diz que é crime de responsabilidade o descumprimento de Lei Federal, Estadual ou Municipal. Ora, se é crime de responsabilidade, os senhores tinham que acatar, sim, o pedido. Se não fossem *capacho* ou *cupinchas* do Prefeito, os senhores teriam acatado esse legítimo pedido de *impeachment*. Para mim não é um ato ideológico ou político, não. Ao contrário, estou aqui para defender o povo e os funcionários públicos que estão sendo demitidos injustamente, prejudicando a vida deles, a família deles, por esse Prefeito irresponsável, a esses que estou defendendo aqui nesta tribuna, porque os senhores vereadores não o fazem. Preferem ficar aí esperando o quê? Ganhar mais um carguinho do Prefeito, deve ser. Encerrando esse assunto, não podia aqui deixar de fazer o contraponto da fala aqui do meu colega Deputado do PT, Arilson Chiorato, de ontem. O senhor, Deputado, disse o seguinte, ontem, aí nessa tribuna, naquela da esquerda: “Estive aqui pensando como o Presidente Lula deixa muita gente feliz, pensativa e sem sono.” Não, o senhor errou, o senhor só acertou... O senhor errou em tudo na verdade. Ele não deixa ninguém feliz, o Lula. Falar do Lula, na verdade, nos dá náusea, indignação, porque vem a lembrança da corrupção, da quadrilha que esse homem montou em nosso País e saqueou o nosso Brasil, levando o Brasil quase à falência, envergonhando o Brasil perante o mundo pela corrupção. Aí o senhor continua e diz que “não falo do Bolsonaro porque não tem o que falar.” Não, o senhor está equivocado, falo muito do Presidente e falo até com muita alegria, porque é agradável falar do Presidente Bolsonaro. Sabe por que, Deputado Arilson? Porque já são três anos e meio sem corrupção em nosso País. Isso é um fato inédito, inédito. No outro Governo, tivemos todos na cadeia, todo Ministério que o Lula nomeou em *cana*, e agora nenhuma corrupção. Falar do Presidente, vou falar mais um pouquinho, dá para falar muito bem dele, vou ter que até abrir aqui para ler, porque é tanta coisa que tem que falar. Se ficar falando dele, tem que pegar aqui uns 10 horários do Grande Expediente. Então, vamos lá. O Brasil, em 2021, fez a entrega de 108 obras públicas, 2 mil e 50 quilômetros de rodovias renovadas, executou 5.5 bilhões na modernização de todos os modos de transporte e contratou mais de 376 bilhões na iniciativa privada para investimentos

nos próximos anos, em ferrovias, aeroportos, rodovias, portos e hidrovias. Tudo que o PT não fez em 13 anos no Brasil. Ele fez em Cuba, na Venezuela, todo mundo sabe, fez porto, fez metro, porque o Brasil não tinha interesse para ele, porque ele podia ter um controle maior, não dava para desviar tanto dinheiro. Lá fora não tem controle por isso que ele fez isso aí. E sem contar aqui nas obras que estavam paradas há anos aqui, tipo a ponte lá na região Norte, a Ponte do Abunã, na BR-364, Roraima. Uma reivindicação histórica da população de Rondônia e do Acre, no Nordeste. No Nordeste, com a pavimentação de 72 quilômetros da BR-235. No Centro Oeste, a conclusão da duplicação de 168 quilômetros da BR-163/364 em Mato Grosso. Olha, não vou ficar dizendo tudo que foi feito no Governo Bolsonaro, porque realmente é muito grande o que temos a falar aqui. Porém, uma coisa é fato. Para vocês que nos acompanham terem ideia de grandeza, aqui no Paraná, em seis anos de Governo, juntando o Governo passado, foram duplicados apenas 70 quilômetros, e o Governo Bolsonaro em um ano foram 2 mil e 50. Se pegar desde 2019, já foram 4 mil e 50 quilômetros. Aí o senhor continua a sua fala dizendo que o pedágio do Paraná, o Governo Bolsonaro quer aumentar as praças de pedágio. O Governo Bolsonaro, acho que nem sabe quantas praças de pedágio tem no Paraná, isso é interesse do nosso Governo e dos Deputados Federais que acompanham este processo. Porém, uma coisa é fato, o Governo Bolsonaro vai investir no Paraná R\$ 43 bilhões nas rodovias paranaenses; vão duplicar mais de 2 mil e 800 quilômetros; vai mudar a malha viária do Paraná, será um dos estados com melhor malha viária do Brasil! Isso, Deputado Arilson, vai diminuir o custo do transporte, aumentar a segurança. Então, tudo de bom que o pedágio vai trazer para o Paraná, vocês esquecem e preferem continuar em um discurso populista, porque falar do pedágio é muito fácil no Paraná, porque é algo traumático... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Ricardo Arruda, por favor, para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): ... porque é algo traumático no Paraná devido ao contrato anterior, que foi uma roubalheira aqui no Paraná, que não tem

nada a ver com o contrato atual, tanto que nem foi assinado nenhum contrato. O senhor falou já em aumento de tarifa! Não existe essa informação. Essa informação vem da cartilha do PT, creio. Aí o senhor ainda continuou dizendo que não falamos aqui do PIB, que vai crescer apenas 0,4%. Ora, Deputado Arilson, o PIB brasileiro cresceu 1,5 no primeiro trimestre! Não sei em qual fonte o senhor pega as informações, mas, para variar, são todas erradas – deve ser da Rede Globo que o senhor pega ou da cartilha do PT. Mas, vou parar por aqui, porque teria muito assunto a dizer. Vou esperar um novo momento aqui para dizer mais obras que o Governo Bolsonaro tem feito e que o PT deixou de fazer. Hoje mesmo a Caixa Econômica mostrou aqui a evolução... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Tempo encerrado. Próximo orador, Deputado Nelson Luersen.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (UNIÃO): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero saudar aqueles que nos acompanham pela *TV Assembleia* e pelas mídias sociais. Dizer, Sr. Presidente, que venho a esta tribuna nesta tarde para concluir uma fala minha da última quarta-feira – iniciei a fala, o tempo foi curto, faltavam apenas 20 segundos, não consegui concluir a fala e a fala foi mal interpretada. Então, estava falando do programa *Leite das Crianças* e dizia da necessidade de se fazer alterações no programa, de fazer mudanças, de substituir aquilo que entendemos que não vem dando certo. Infelizmente o Deputado Maurício se precipitou e fez em forma de *fake news* a minha fala em uma interpretação sua, com corte, trazendo uma repercussão em todo o Estado, uma repercussão negativa. Então, quero dizer ao Deputado Maurício que não coloque palavras na minha boca. Aqui ninguém falou em acabar com o programa *Leite das Crianças*, falamos em substituir aquilo que entendemos que está errado, falamos que a modelagem de entrega que aí está, que foi instituída há muito tempo, precisa, sim, ser mudada. E procuramos fazer política com ética, com lisura, sem usar a imagem dos Deputados para nos promovermos politicamente. Senhor Presidente, o Leite das Crianças é lei no nosso Estado, foi instituída a lei em 2010 e o programa, que iniciou em 2004, no ano de 2005, ele repassou 36 milhões para

esse programa. Neste ano de 2022, o Governo do Estado do Paraná, por intermédio da Seab, com o apoio da Sejuf, da Secretaria da Educação, vai repassar 160 milhões para esse programa que é tão importante, que faz com que tenhamos alimentação de qualidade na mesa das crianças de 6 a 36 meses, atendendo aos vulneráveis do nosso Estado, atendendo às famílias mais carentes. Mas algumas mães dias atrás me procuraram e me disseram: *Deputado, não consigo buscar o Leite das Crianças no horário das 6h30 até às 8 horas, que é o horário de entrega. Não tenho condições de ir nesse horário na segunda, na quarta ou na sexta, na escola. Trabalho, tenho que levar os meus filhos na creche, o ponto de distribuição é muito longe da minha casa.* Aí, quero dar a sugestão ao Governo do Estado que substitua o atual modelo de entrega do leite, que crie um vale ou um *ticket* leite para que as mães possam retirar o leite em outros pontos da cidade, pontos mais próximos de suas residências. Foi isso o que quis dizer, Sr. Presidente. Então, quero aqui deixar bem claro que o *Leite das Crianças* é um programa importante, ele fomenta a produtividade de leite no Estado, incentiva o produtor rural, incentiva a agricultura familiar, que nós todos defendemos e sempre fizemos isso com muita grandeza e com muito orgulho, defendemos aqueles que precisam de apoio do Estado, temos ótimos programas de assistência às famílias mais vulneráveis do Estado do Paraná, como é o *Leite das Crianças*, o *Cartão Comida Boa*, o programa do Governo Federal que dá assistência às famílias em vulnerabilidade no nosso Estado. Então, como cidadão e como Deputado, defendemos tudo isso. E tenho certeza de que o *Leite das Crianças*, quando foi aprovada a lei aqui, em 2010, na Assembleia Legislativa, ele teve, sim, o apoio de todos os Deputados, sem exceção. Todos sabemos da importância do programa. Como disse antes, um programa que, somente no ano de 2022, o Governo do Estado do Paraná vai investir 160 milhões; um programa que deu certo e que precisa ser dado continuidade. Era Prefeito no tempo em que o Jaime Lerner era Governador; o Jaime Lerner, com a Fany, tinha um programa de distribuição de cestas-básicas para as famílias carentes do nosso Estado. Posteriormente veio o programa *Leite das Crianças* e agora vem o programa *Comida Boa*, programas que se somam para dar nutrição àqueles que mais

precisam. E, Sr. Presidente, também quero levar uma sugestão ao Governo do Estado do Paraná, ao Governador Ratinho Junior, que possamos no nosso Estado discutir e ver a possibilidade de fazer um programa *Leite para os Idosos*, para a terceira idade do nosso Estado, que precisa de uma alimentação mais saudável, precisa de proteína, precisa de cálcio na sua alimentação e com certeza o leite vai dar essa melhor condição de vida para eles. Então, vou sugerir ao Secretário Norberto Ortigara, ao Governador Ratinho Junior que se estude a possibilidade de implantarmos quem sabe no Estado do Paraná, no futuro, um programa de distribuição de leite para a nossa terceira idade, para aqueles que têm dificuldades para comprar esse alimento tão importante na vida de todos. Então, quero deixar bem claro à população do Paraná: somos a favor de todos os programas assistenciais para as famílias que necessitam; somos a favor do *Leite das Crianças*. E pediria aos nobres Deputados desta Casa: vamos ter respeito uns para com os outros. O Deputado Maurício dizia em suas colocações que ele é diferente de mim ou de nós. Graças a Deus, Deputado Maurício! Agradeço a Deus por ser diferente de V.Ex.^a, nunca fiz política com falta de ética, com falta de respeito aos demais Deputados. Fica aqui registrado, Sr. Presidente, o meu repúdio às colocações, colocar na rede social particular deles entendo que uma *fake news*. com cortes da minha fala para se promover politicamente. Lamentável que isso aconteça no Estado do Paraná e na política do Paraná. Fica aqui a minha indignação e o meu voto de repúdio quanto às colocações do Deputado. E somos, sim, a favor de todos os programas que tragam benefícios para a população do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Quero falar hoje um pouco sobre a questão da educação, Sr. Presidente, sobre duas situações. Uma pesquisa que foi feita a partir das informações dadas nas escolas sobre todo esse processo de informatização, e a outra do Ministério Público do Distrito Federal que suspendeu as escolas

militarizadas no Distrito Federal. Mas antes o Deputado Requião me pediu um minuto de aparte.

Deputado Requião Filho (MDB): Obrigado, Deputado Tadeu, é rapidinho. Quero dizer que fico muito feliz de o Deputado Luersen ter revisto as suas palavras e ter corrigido o seu erro de dizer que era contra o *Leite das Crianças*, que eram programas antigos que não deveriam continuar. Fico feliz. Agora, a fala dele é pública, está no *site* da Assembleia, está nas minhas redes, quem quiser procurar, pode ver que ela não foi cortada, não foi editada, as palavras são dele. Se ele se expressou mal ao tentar agradar o seu Governador e criticar os adversários políticos, a culpa não é minha. Somos responsáveis por aquilo que falamos. O *Leite das Crianças* vai continuar, pode aumentar, até porque a partir do ano que vem o Governador é outro.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Então, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, foi feito um levantamento realizado pelas escolas públicas estaduais, nove municípios da região de Irati, esse levantamento de forma de pesquisa mostra o estrago, Professor Lemos, que está acontecendo com as plataformas digitais que o Secretário Renato Feder implantou no processo de ensino e aprendizagem no Paraná. Foi apresentado em um seminário realizado recentemente pelo Sindicato-APP, o levantamento constatou que os colégios não têm estrutura adequada ao modelo, assim como os estudantes também não dispõem de dispositivos adequados para acesso às plataformas. O diagnóstico é de professores doentes e a oferta de conteúdos esvaziados para estudantes. As plataformas poderiam ser um importante complemento e incremento para a rede estadual se transformar em medidor de desempenho dos profissionais e do acesso aos estudantes. Um dos dados expostos no estudo é que mais de 30%, Sr.^s Deputados, das escolas, dispõem apenas de até 10 *notebooks* para uso dos estudantes, e em 86,4% dos estabelecimentos não há profissional para auxiliar os laboratórios de informática. Ou seja, são os professores que têm que interromper suas aulas e muitas vezes atuarem como técnicos para ajudarem alunos porque não há, assim como já acontece na Cesumar, naquele processo que vem sendo debatido aqui todas as

semanas, não há técnicos nas escolas estaduais no Estado do Paraná que possam acompanhar a implementação que foi feita desses estudos. Entre 10 e 20% dos alunos possuem, apenas 10 e 20% dos alunos, possuem telefone celular para realização das atividades das plataformas. A maioria não tem aparelho. “Esta é uma realidade que já estamos há muito tempo alertando ao Secretário Renato Feder e também aos núcleos”, diz um dos professores que foi consultado.

Deputado Professor Lemos (PT): Um aparte, Deputado Tadeu?

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Já lhe concedo na sequência, Deputado. E o que me chama a atenção é quanto ao questionamento que foi feito. “Se a escola que você trabalha possui laboratório de informática? Oitenta e quatro vírgula oito por cento não possuem. Quantos *notebooks* estão disponíveis para uso dos alunos? Trinta e nove vírgula quatro por cento, de a 11 a 15. Como você avalia a conexão da internet? Cinquenta e um por cento ruim. Como você avalia a relação entre os dados apresentados pelo sistema *Power Bi* sobre o uso das plataformas? Reflete parcialmente à realidade das escolas, 50%. A escola que você trabalha possui profissional para os estudantes? Oitenta e seis por cento, não. Qual o nível de satisfação quanto ao suporte dado ao professor? Muito insatisfeito”. E aí, antes de passar o aparte ao Deputado Professor Lemos. Há um reconhecimento de que os projetos são interessantes, que poderiam gerar frutos importantes, dito pelos professores, no entanto, as plataformas não contribuem para a aprendizagem. A plataforma de inglês-Paraná é muito mais um processo de cobrança do que propriamente de aprendizado, assim como as demais plataformas. Esses resultados preliminares serão publicados, e obviamente que após a sua publicação será feito um debate sobre isso que está acontecendo nas escolas do Paraná. Vou lhe dar o aparte, na sequência quero colocar exatamente esse que também me parece, Deputado Lemos, um tema que está ligado às mesmas políticas de educação no Paraná, que é a derrubada da legalidade das escolas militarizadas, publicado hoje e determinado ontem pelo Ministério Público do Distrito Federal.

Deputado Professor Lemos (PT): Deputado Tadeu Veneri, quero cumprimentar V.Ex.^a pelo pronunciamento. Recebi ontem à noite da dona Maria, uma agricultora de Araucária, ela me escreveu reclamando que o Colégio do Guajuvira, em Araucária, os alunos do ensino médio estão tendo aula a distância, que são aquelas aulas pela Unicesumar. E ela escreve o seguinte: “Não estão aprendendo absolutamente nada.” Aí os alunos fizeram protesto, escreveram nos cartazes: “Televisão, temos em casa.” E aí são seis horas de aula *on-line* sem aprender nada. Isso se repete em 445 escolas do Paraná de ensino médio, não são 446 porque o Colégio de Cascavel conseguiu suspender e ter professores com aula presencial. Isso é um absurdo, já tratamos disso nesta tribuna, V.Ex.^a também já tratou, já encaminhamos um requerimento ao Governador, ao Secretário da Educação, para que suspenda esse contrato com a Unicesumar. Essas aulas por televisão não fazem com que os alunos aprendam e são as disciplinas da formação técnica. Então, é um absurdo. A dona Maria, de Araucária, lá da comunidade de Guajuvira, está coberta de razão quando reclama. Por isso, V.Ex.^a, ao trazer esse tema mais uma vez para a tribuna, está de parabéns.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Professor Lemos. Professor Lemos, a situação da educação no Paraná provavelmente vai passar por um processo de ampla investigação, em um espaço de tempo muito curto. O Deputado Fruet falou sobre os uniformes comprados. Deputado Fruet, não sei se é possível focalizar aqui, mas vejam os senhores, fui a uma escola aqui que me mostraram as camisetas compradas para os alunos, estão aqui. Essas camisetas, coloquei em cima de uma carteira de uma criança, elas são menores do que a carteira, deveriam ser para crianças de 14 a 16 anos. Veja o senhor o tamanho da calça que foi comprada para uma criança de 14 a 16 anos, não cabe em uma criança de 10 anos. E de onde que vem? Está aqui, ó, para quem tem dúvida, *made in China*. Agora não é nem Paraguai, vem da China. Olhe aqui senhor, ó, está aqui, a caixa está aqui. Isso é em uma escola da Região Metropolitana de Curitiba, está aqui, ó, China. Esse é o ensino militarizado que o Governo aqui, Ratinho, fez, que o Governo Bolsonaro resolveu inventar, e que agora o Ministério Público do Distrito Federal derrubou a legalidade das escolas militarizadas ontem. Documento

expedido pela 2.^a Promotoria da Justiça e Defesa da Educação aponta uma série de violações à legislação na proposta de militarização das escolas e destaca inclusive que a regulamentação do sistema de ensino deve ser feita por meio de edição de lei formal pelo Congresso Nacional. Da mesma forma, o mesmo tempo como destaca o documento do Ministério Público do Distrito Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, em seu art. 17, o direito à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança. Sabemos tudo o que foi dito aqui, proibição de uso de boné, sentar no chão, mascar chicletes, essas coisas que a gente discute bastante, que no começo entusiasmou muitos pais, achando que estariam resolvidos todos os problemas da educação pela militarização das escolas, coisa que o Ratinho Junior aqui, que o Governador Ratinho Junior fez rapidamente, com 196, 199 escolas, apenas 54 com diretores e monitores. Mudaram três vezes a lei, três vezes a lei, e aqui não deu certo do mesmo jeito. E falo isso, e vou continuar falando que não deu certo, porque vejam os senhores o que diz o Ministério Público do Distrito Federal, e espero que o Ministério Público do Paraná também continue as investigações que foram pedidas, assim como foi pedido pelo Deputado Fruet, também por nós, com relação às escolas militares. Transcorridos três anos, para concluir, Sr. Presidente, vou pedir um minuto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado. Ok.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente, por antecipação. Transcorrido, “Diz o Ministério Público: Transcorrido os três anos desde o início da implantação da gestão compartilhada, não apresentou à Secretaria de Educação o índice de desenvolvimento educação básica, Ideb, nas unidades de participação, tampouco o índice de evasão escolar, índice de aprovação e reprovação, número de pedido de transferência, entre outras informações requisitadas pelo Ministério Público, a fim de mostrar melhoria na qualidade do ensino. A Nota Técnica do Ministério Público revoga a legalidade do Projeto Escola de Gestão, alega também que apresenta policiais militares na função de direção compartilhada configura desvio de função.” Esse é um tema que vamos voltar a abordar aqui, Sr. Presidente, porque, como falei, várias vezes para o Líder do Governo, quando era

o Deputado Hussein. A tentativa foi feita, não deu certo. Algumas exceções? Algumas exceções podem ter tido. Mas, na maioria, não deu certo. E vamos demonstrar... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Tadeu. Próximo orador...

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, *pela ordem*.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Só uma questão da fala do Deputado Tadeu Veneri, ele falou da questão do Ministério Público. Da minha parte é sobre o ensino. Aprovo o ensino. A questão é dos uniformes. O recurso que foi comprado esse uniforme de péssima qualidade. Essa é a minha questão com o Ministério Público, não com o ensino. O ensino sou favorável e apoio o ensino cívico-militar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Coronel Lee.

DEPUTADO CORONEL LEE (PDC): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados. Alguns municípios ainda insistem em ameaçar os pais, exigindo a vacina contra essa Covid. O Deputado Arruda falou agora há pouco que ele está com um alinhamento de ação para enquadrar os prefeitos em crime de responsabilidade. Tenho outra linha de ação, que vamos unir essas linhas. Já notificamos as escolas que estão ameaçando os pais, que eles estão sujeitos a serem enquadrados no crime de abuso de autoridade e de ameaça, porque está previsto em lei. Esses dois crimes existem previstos em lei e essa proibição do passaporte sanitário também, inclusive, foi confeccionado essa lei nesta Casa de Leis. Então, não adianta atingirmos a cabeça da serpente se para baixo está todo mundo dando risada. E para baixo, senhores, esta é a grande situação que vamos fazer. Vamos unir os dois poderes e os senhores pais fiquem atentos para ingressar com esses

processos, principalmente contra os diretores dessas escolas. E aí vai subindo. Atinge seus secretários, atinge seus prefeitos, atinge quem for aí, seja Ministério Público ou outras situações. Outra situação, Presidente, que estamos falando aqui, vários municípios do Estado estão nos chamando, conclamando, estão trazendo, estão documentando a explosão da criminalidade nos municípios. Estão pedindo socorro. Policiais acampados aí na beira do desespero, mendigando por sobrevivência. Isso é o novo cangaço que estão atacando os pequenos municípios. Agora atacaram, vimos aí a primeira vez na história da Polícia Militar do Paraná, nos quase 170 anos de história, atacaram a sede de um comando de Batalhão. Nunca houve isso na história do Paraná. Dezenas de milhares de condenados da Justiça estão soltos nas ruas do Paraná, por falta de vagas nas penitenciárias. Mais de cem municípios do Paraná já não têm policiamento. Isso não é novidade, senhores, estou falando isso desde 2019. Quanto mais Polícia Civil, se não tem Polícia Militar, imaginem Polícia Civil. Armamento. Por que não temos mais, senhores? Não é só o desgaste. Não é só depreciação, é também, principalmente, em cada confronto armado que as polícias entram, a Justiça toma conta desse armamento. Ficamos sem. Vai se esgotando os estoques. E o Secretário da Segurança Pública, o então Coronel Marinho, não se dava conta, apesar dos nossos avisos. Conversamos com o Secretário Mesquita agora, nosso grande amigo, conhecido, ele já sabe, já conhece muito bem, conhecedor da pasta, levamos todas essas aflições a ele. E ele está com o maior das boas intenções, estratégias muito fortes. O equipamento ele vai rearmar as polícias. Vai reequipar. Vai comprar novas viaturas, com novos equipamentos, blindadas. Vai reativar o CICCRR, que é o nosso legado da Copa, para dar conta das contramedidas e as prontas respostas. Mas tem um pequeno detalhe, Presidente, a maior engrenagem da Segurança Pública está desgastada. Ela está com os salários corroídos. A Polícia Militar, nessa corrosão, faço um comparativo sabe, Presidente? A Polícia Civil está com os salários corroídos? Claro que está. E a Polícia Militar que recebia exatamente a mesma coisa com eles há dez anos, está com mais de 30% de defasagem em relação à Polícia Civil. Então, o senhor imagina como é que está o estado de desespero. Vimos agora há pouco, ontem

mesmo, a Deputada Cristina Silvestri falar sobre a falência do IML na cidade de Guarapuava. Mas não é só em Guarapuava, Deputada. Isso é no Paraná inteiro. Os recursos destinados à pasta 2019, 2020, 2021 foram, ano a ano, caindo, apesar de a arrecadação ter aumentado. E temos aqui, Presidente, o gráfico que representa 2022. Nesse ritmo, senhores, de 9,75, ele vai para 4,68, se continuar esse ritmo. Vamos ver o que o nosso Secretário Mesquita vai conseguir fazer com esse milagre. Então, Sr.^s Deputados, a situação é muito mais grave do que pensamos. O que quero dizer com isso, senhores? Trouxemos as fórmulas mágicas para o setor de segurança pública, o novo sistema penitenciário. Não foi implantado. Os novos equipamentos japoneses, que estavam vindo de graça, trouxemos aqui. Não vieram. Aquisição de material de guerra química, armamento longo. Não vieram. Mas apresentamos em 2019, 18 Deputados assinaram conosco a PEC n.º 8, que é um piso constitucional para as Forças de Segurança. Senhores, aqui está o grande segredo. Esse é o grande segredo. Deputado Nelson Justus, se estiver nos ouvindo, coloque em pauta a PEC n.º 8/2019. Seria um grande anseio das Forças de Segurança do Estado e seria um alento para o Governo do Estado. Segurança Pública, Presidente, não é uma questão de Governo, é uma questão de Estado. Não temos, nós, Segurança Pública, não temos somente o curso de formação, curso de especialização, de atualização, mestrado, doutorado, não temos só isso. Temos, não é, Delegado Fernando, temos a experiência nos campos de combate, que nenhum banco escolar, nenhum banco empresa privada, nenhum Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário detêm. Essa é a nossa diferença. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do Governo, o Deputado Romanelli vai usar o espaço.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados. Agradeço ao Deputado Marcel Micheletto ter me cedido o horário da Liderança do Governo, porque foi o único horário possível de falar nesta Sessão, mas não deixaria de passar o dia de hoje para poder fazer uma fala e quero começar agradecendo ao Deputado Goura, que preside a

Comissão de Meio Ambiente e Ecologia desta Casa. Todos sabem, fiz um questionamento, recentemente, sobre uma eventual contratação de uma ONG do Rio de Janeiro para utilizar os recursos que foram objeto da indenização que a Petrobras fez para o acidente do Vicunha, do navio, na verdade. O fato é esses recursos, em um total aproximado de R\$ 200 bilhões, estavam há 10 anos depositados em uma conta da Caixa Econômica Federal sem que houvesse concordância na aplicação desses recursos por parte dos Ministérios Públicos Estadual e Federal. Recebi uma informação, embora informação tardia, fiquei sabendo que o dinheiro, na verdade, pelo menos parcela desses recursos, praticamente a metade desses recursos, haviam sido enviados para uma ONG do Rio do Janeiro especializada em projetos ambientais. Obviamente chamou a minha atenção. Fiz uma representação, como entendo que esta Casa sempre tem que fazer, à Comissão de Meio Ambiente e o Deputado Goura de forma diligente, também buscou as informações e a Funbio, que na verdade é uma entidade sem fins lucrativos, localizada no Rio de Janeiro, fez uma resposta. Não nos respondeu nem o Ministério Público Federal nem o Estadual, quem nos respondeu foi diretamente a entidade interessada no caso. Por quê? Porque, senhores, pasmem, ela não recebeu R\$ 70 milhões dessa conta, recebeu R\$ 110 milhões no dia 13 de outubro de 2021. Vejam, senhoras e senhores, fui durante ainda no início da pandemia, quando estávamos em busca de recursos e com aquela queda de receita, buscar uma solução para poder utilizar parte desses recursos no combate à pandemia na contratualização de UTIs. E depois disso tudo, o que aconteceu? O dinheiro foi para essa entidade no Rio de Janeiro sem que houvesse nenhum procedimento licitatório, não há um chamamento público para poder selecionar a ONG. Foi uma escolha com base na sua especialidade. Olha, minha gente, sabemos que de especialistas esse País aqui viu coisas acontecerem que efetivamente não atendem ao interesse público. Agora os senhores imaginam, R\$ 110 milhões e 149 mil reais estão paralisados na conta desta, ou pelo menos se está na conta não tenho o comprovante, mas que esteja o dinheiro, obviamente, com a ONG, e a previsão de aplicação do dinheiro, Deputado Tião Medeiros, continua absolutamente indefinida. Por quê? Porque

falam em um plano de aplicação de longo prazo dos recursos, com uma previsão do início de algum tipo de projeto a partir do ano de 2023. Enquanto isso, as comunidades caiçaras do nosso litoral, que clamam por programas, obviamente de sustentabilidade ambiental, de poder ter geração de renda, programas que de fato possam trabalhar com as comunidades indígenas que moram nas ilhas, enfim, daquelas populações que tanto precisam, efetivamente não recebem nada. Ou seja, o Ministério Público Federal e o Estadual, pelo que percebi, contrataram um escritório de projetos, porque me pareceu que essa Funbio é um escritório de projetos na área ambiental. Claro, segundo eles, com grande credibilidade aqui, mas reconheçamos: nunca ouvimos falar na Funbio aqui no Paraná. Não conheço nenhuma ação da Funbio como entidade sem fins lucrativos que pudesse estar apoiando qualquer projeto ambiental no Paraná. Se alguém já ouviu falar, o próprio Deputado Goura que conhece bem a área se souber, ou o Ex-Deputado Rasca Rodrigues, que também conhece bem, gostaria de ser informado, porque me parece surpreendente que justamente quando há recursos, R\$ 110 milhões, é que aparece o interesse dessa entidade. E me recuso a receber no sentimento a informação que, ora, aqui no Paraná temos entidades, temos fundações, temos expertise, temos o Fundo Estadual do Meio Ambiente. Por que esses recursos que são para o Paraná, não são aplicados aqui, pelo Paraná? Qual é a razão de mandar o dinheiro ir para o Rio de Janeiro para uma ONG? Não consigo entender isso! Sem aqui querer criminalizar. Então, Deputado Goura, queria lhe dizer o seguinte: primeiro quero agradecer a sua diligente ação, mas gostaria muito que esse debate pudesse ser aprofundado. Entendo que a Comissão de Meio Ambiente poderia, sim, realizar uma Audiência Pública, convidar aqui a Funbio, convidar o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, convidar o Instituto Água e Terra, convidar o Governo do Estado, por meio, naturalmente, das suas representações, para que discutamos: afinal de contas, quem está cuidando disso? Quem está representando o Estado nesse debate, nessa discussão? Porque a mim me parece com tantas instituições no Paraná, olha, temos aí na nossa Universidade Federal do Paraná entidades que poderiam desenvolver esses projetos, inclusive com conhecimento de causa do Litoral. Não! Vai se

escolher sem... qual critério? Sabemos por que não houve procedimento licitatório, não houve, isso já está na resposta mesmo da Funbio que recebi. Não houve procedimento licitatório para que pudessem os R\$ 110 milhões serem definidos. Aí dizem que tem um conselho gestor. O conselho gestor, na verdade, é formado por eles, eles que criaram um conselho gestor para gerir esses R\$ 110 milhões. Desculpa é uma supressão absoluta daquilo que entendo como a “*Res publica*”. Estamos tratando de política pública de implementação de políticas sociais compensatórias a um desastre ambiental. Aí você contrata o Ministério Público Estadual e Federal que eram os órgãos que fizeram o acordo e também são os fiscalizadores e escolhem, sem nenhum critério, o que não fosse de especialistas? Escolhem uma fundação que, na verdade, não é nem fundação, embora tenha o nome de fundação, mas na verdade é uma ONG, uma entidade sem fins lucrativos que atua no Rio de Janeiro, a partir do Rio de Janeiro, e é indiscutivelmente um escritório de projetos. E eles têm, aqui, segundo eles próprios, eles podem ter uma remuneração desses projetos de 10% do valor desse projeto. Então, entendo que...

Deputado Tião Medeiros (PP): Deputado Romanelli, um aparte.

Deputado Goura (PDT): Deputado Romanelli, o senhor me permite um aparte...

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Na sequência. Entendo que temos que ter as explicações, os esclarecimentos. Recuso-me, porque o que tenho receio é que amanhã ou depois os recursos inclusive da multa da Olapa, falando corretamente, da Olapa, de R\$ 1 bilhão e 300 que estão até agora suspensos, por decisão judicial, a aplicação, acabem, na verdade, em uma conta, indo para mais outra ONG... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, para concluir.

DEPUTADO LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PSD): ... ou para essa ONG do Rio de Janeiro. Estou com problema de tempo aqui. Tenho dois apartes pedidos: pelo

Deputado Goura e pelo Deputado Tião Medeiros. Se o senhor me permitir, um minuto para cada um. Deputado Goura.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

Deputado Goura (PDT): Muito breve, Sr. Secretário. Vamos fazer a Audiência Pública proposta por V.Ex.^a. Acho muito importante a provocação que o senhor traz porque precisamos, sim, discutir a destinação desses recursos e que sejam exclusivamente aplicados e o serão, tenho certeza, para o bem e para o desenvolvimento sustentável do nosso litoral e do nosso Estado. Só queria também dizer, Sr. Secretário, que a decisão do Funbio não foi uma escolha, foi uma decisão da Justiça, não é simplesmente uma escolha aleatória. A Justiça determinou que essa entidade faça a gestão dos projetos que receberão os recursos. Mas vamos fazer, sim, essa Audiência pela Comissão de Meio Ambiente. Conto com o apoio de V.Ex.^a.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Agradeço, Deputado Goura. Muito obrigado. Deputado Tião Medeiros.

Deputado Tião Medeiros (PP): Presidente, serei bastante breve. Agradeço o aparte, Deputado Romanelli, primeiro para cumprimentá-lo pelo tema. O tema é sensível, é importante. São recursos vultosos, são volumes imensos que precisam ser aplicados de maneira adequada e, claro, naquilo que se propõe o tema, que é a questão ambiental. É para isso que existe o Fundo Estadual do Meio Ambiente, e a discussão é travada também por aí. O fundo tem uma proposta específica, definida em lei, só a lei cria direitos e obrigações e também deveres. O Projeto que tem interesse de aplicar recursos de compensação ambiental, como o caso de multas, tem que estar previsto dentro do rol de objetos do Fundo Estadual de Meio Ambiente. Então, a Audiência é bem-vinda, vai trazer luz, clareza a esse assunto, sobretudo a esses valores que são bastante expressivos. Parabéns pelo tema, Deputado!

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Muito obrigado! Agradeço que o objetivo é trazer luz mesmo, como disse o Deputado Tião Medeiros. Agradeço e vamos fazer a Audiência Pública, Deputado Goura. Obrigado!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registramos a presença na Casa da Professora Desiree Salgado, Professora do Departamento de Direito Público e do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná, por solicitação do Deputado Goura. Próximo orador, Deputado Arilson.

DEPUTADO GOURA (PDT): Presidente, o senhor me permite? Deputado Arilson, só *pela ordem*, muito brevemente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO GOURA (PDT): Só queria enaltecer a presença da Professora Eneida Desiree, pelo seu trabalho incansável, pela presença e o fortalecimento das mulheres na política; também registrar que ela é pré-candidata ao Senado da República pelo Partido Democrático Trabalhista e se encontra aqui prestigiando a nossa Sessão. Obrigado, Sr. Presidente!

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, nobres Deputados e Deputadas. Desde a data de 27/11/2021, há uma preocupação generalizada pela sociedade, pelas pessoas que usam as rodovias e por todo o povo paranaense sobre a questão do pedágio e as consequências do pedágio. Por esses dias, o Tribunal de Contas da União, em duas semanas, de forma consecutiva, vem notificar o DNIT, que é o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, e também o DER, que é o Departamento de Estradas e Rodagens do Paraná, sobre quem é o responsável pela manutenção e conservação das rodovias estaduais. Ocorreu isso na semana retrasada. Nessa semana passada, o TSU notificou a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar do Paraná e o próprio DER sobre quem são os responsáveis, quais procedimentos estão sendo adotados sobre a segurança das praças de pedágio no tocante a sua manutenção e à depredação que ela vem sofrendo. Essas notificações alertam

para o perigo que ocorre dia a dia pelo Estado todo. No dia 26/11/2021, ou seja, um dia antes de terminar as concessões no Estado, em uma matéria feita pela *Agência Estadual de Notícias*, tem um áudio com a voz do Governador Junior falando sobre as ações que o Estado teria ao terminar aquele contrato de pedágio. Em seu primeiro áudio, ele fala que vai ocorrer aumento efetivo das forças de segurança, ou seja, do número de policiais e bombeiros, para trabalharem com a assunção dessas rodovias, que vai ocorrer também um reforço na equipe de saúde para prestar o auxílio emergencial para as pessoas que usam e sofrem acidentes nas rodovias. Fala também o Diretor do DER, hoje atual Secretário de Infraestrutura e Transportes, sobre a contratação de empresas para manutenção, que isso será dividido em cinco lotes. Ontem, a Frente Parlamentar sobre o Pedágio expediu um documento, inclusive está para todos os senhores assinarem no nosso protocolo eletrônico, pedindo uma agenda ao DNIT, pedindo uma agenda à Polícia Rodoviária Federal e pedindo uma agenda à ANTT, para que a Frente Parlamentar possa obter informações detalhadas de como é o cuidado, o cuidado e os procedimentos a serem adotados nas praças de pedágio nas rodovias. Ontem, eu, Deputado Arilson Chiorato, fiz esse pedido de informações, o n.º 1.383, e foi pedido para discutir pelo Líder do Governo. No pedido, peço cópia do convênio, uma vez que esta Casa aprovou aqui a Lei n.º 20.668, que passa ao Governo Federal as rodovias estaduais mencionadas no projeto do novo pedágio. Estou pedindo a cópia do convênio da delegação à União e dos procedimentos que foram adotados. Também faço um pedido, em especial, com relação à manutenção das rodovias e estradas estaduais aos contratos anteriores que existiam e como se dá a manutenção, sinalização e fiscalização das estruturas existentes. Ou seja, quais rodovias estão sendo objeto de contrato de manutenção, fiscalização das edificações e estrutura, e se existe de fato um convênio passado ao Estado do Paraná, na figura do DER, para manutenção e o cuidado das praças de pedágio, as rodovias etc. E hoje, Deputados e Deputadas, deparei-me com uma informação totalmente contraditória. E quero aqui, caso tenha cometido injustiça, pedir desculpa ao Governo Federal e ao DNIT. Tenho batido de forma forte e incisiva nos dois órgãos por muitas coisas que têm

acontecido na rodovia e no pedágio, ou no ex-contrato de pedágio nas rodovias no Estado do Paraná. Ao pedir a agenda ao DNIT, não consegui falar com o Superintendente, mas falei com uma pessoa que me pediu inclusive sigilo do seu nome, mas trouxe para mim uma informação que pode ser absurda e torço para que ela não seja verdadeira. Segundo essa pessoa, foi conveniado pelo DER com o DNIT, e o cuidado das praças de pedágio do Paraná ficaram a cargo do Governo do Estado do Paraná, ou seja, se isso for verdade, a responsabilidade pela não sinalização, pela não iluminação é totalmente do Governo do Estado. Sou um sujeito de origem humilde e, se isso for verdade, virei aqui pedir desculpa ao DNIT e ao Governo Federal pelas palavras que falei. Se isso for verdade, temos que cobrar...

Deputado Professor Lemos (PT): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Temos que cobrar do Governo Estadual e quero aqui me dirigir ao Líder do Governo, para que tenhamos a responsabilidade urgente do Estado. Não podemos esperar o Estado responder ao meu pedido de informação nos 30 dias legais. Se isso for verdade, e outra coisa que associa a verdade são as novas propagandas colocadas sobre as praças de pedágio. Se é o cuido do Estado, foi o Estado que autorizou aquelas propagandas. Se o Estado pode fazer a propaganda por que a Copel não pode ligar a luz para iluminar as praças de Jacarezinho, em Arapongas etc.? Se é verdade, Deputado Plauto Miró, que é o Estado o responsável por isso, os acidentes que ocorrem, que ocorreram ou que podem ocorrer são responsabilidade do DER e aí precisamos de medidas urgentes. Tenho certeza de que não ocorre má intenção por parte do Governo, mas se tem uma lambança desse nível em que, a partir de agora, além de transferir as rodovias para o Governo Federal, fazer o pedágio que aumenta as praças, o tempo e o preço, vamos cuidar das praças com dinheiro público do Estado sem ter o retorno. Mas sou favorável, neste momento, antes de descobrir quem é o culpado, que ligue a luz, que sinalize as praças, que efetue os serviços. Por isso, é importante o Governo se manifestar. Tomara que a informação não proceda e tomara que o

Governo do Paraná não tenha feito mais uma lambança com a questão do pedágio, das praças e das rodovias no Estado. Deputado Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT): Quero cumprimentar V.Ex.^a pelo pronunciamento e mais uma vez reforçar aqui a necessidade de dar segurança nessas praças de pedágio. É um absurdo! Já temos mortes e se não for sinalizada, iluminada, teremos mais tragédias no Paraná. E essa informação que V.Ex.^a traz de que há um convênio e o Estado, por meio do DER, tem a tarefa de cuidar das praças, isso é muito importante. Mesmo que não tivesse sob os cuidados do Estado, essas praças ficam no Paraná e o Governador, como é amigo do Presidente da República, pode e deve cobrar para que essas praças sejam iluminadas e tenham a segurança para que não ocorram mais tragédias, mais mortes nessas praças. Um requerimento de nossa autoria, apoiado por todos os Deputados aqui, já foi encaminhado ao Governador, já foi encaminhado ao DNIT. Não podemos permitir que mais pessoas sejam vítimas das praças de pedágio.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Muito obrigado, Deputado Lemos. Olha, este descaso com as pessoas por meio da falta de iluminação, por meio da falta de limpeza das rodovias, que têm hoje restos de pneus de caminhões, os *guardrails*, que estão todos danificados pelo Estado, buracos nas pistas, sinalizações cobertas por matos, serviços de guincho precários, serviços de ambulância precários, congestionamentos e aumentos de acidentes. Olha, temos que, de forma urgente, tomar uma providência! Por isso que esta Assembleia, por meio da Frente Parlamentar, está indo aos órgãos de competência federal e pedindo esclarecimentos e também cobrando do Governo para que responda, uma vez... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... uma vez que o cuidado do patrimônio que está em território paranaense é sempre responsabilidade de quem ocupa o Palácio Iguaçu, uma vez que a vida do povo paranaense é responsabilidade direta

do Governo do Estado. Espero realmente, o mais breve possível, que a Frente Parlamentar receba informações, que esta Casa receba informações, que responda ao TCU, porque agora, com as indagações, Deputado Romanelli, que V.Ex.^a também sempre cobra esse assunto, que o TCU está fazendo aos órgãos estaduais e também federais, a verdade vai aparecer. Espero de verdade que o Governo do Paraná, por meio do DER, não tenha dado essa oportunidade errônea para omitirmos a verdade e os fatos que ocorreram até agora! Não podemos, Deputado Traiano...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Considere os 20 segundos que o Goura usou. Não podemos, neste minutinho que me resta, deixar que a sociedade paranaense seja prejudicada porque o Governo optou em fazer uma coisa escondida do povo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos Vereadores de Alto Paraná, Sr.^s Messias Magalhães, Anderson Almeida, Felipe Molati, Izabel Cristina e Antonio Bueno, por solicitação dos Deputados Tião Medeiros, Soldado Adriano José e Tiago Amaral. Sejam bem-vindos. Deputado Romanelli, poderia ler essas mensagens que chegaram na Casa.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Mensagens: (Encaminhadas à Diretoria Legislativa para providências.) Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, recebemos duas mensagens do Chefe do Poder Executivo, o Governador do Paraná Carlos Massa Ratinho Junior. Sua Excelência envia a esta Casa, nos termos da Constituição do Estado, para deliberação, a Mensagem n.º 36/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 208/2022)**, texto do Projeto de Lei que visa a alteração da Lei n.º 15.601/2007, da Lei n.º 17.648/2013 e da Lei n.º 20.798/2021, que autorizam o Poder Executivo a efetuar a doação de imóveis aos municípios de Marmeleiro, Toledo e Rolândia, respectivamente, e dá

outras providências. Efetivamente, vai tramitar pela Casa. Além disso... essa é a Mensagem n.º 36. E a Mensagem n.º 37/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei **(autuado sob o n.º 209/2022)**, com base nos termos dos art.º 10, 65 e 66 da Constituição, submete à deliberação desta Casa de Leis o texto do Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo, por meio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná, Iapar/Emater, doravante denominado IDR Paraná, efetuar a doação ao Estado do Paraná do imóvel localizado na Rua Engenheiro Gastão Chaves, 162, no bairro Santa Cândida, em Curitiba. O imóvel em questão se destina ao uso do almoxarifado, transporte e manutenção do Departamento da Polícia Civil. A proposta atende ao interesse público. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bühner (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Jonas Guimarães (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (UNIÃO), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB),*

Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (52 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Artagão Junior (PSD), e Michele Caputo (PSDB) (2 Parlamentares).]

Projeto que necessita de Apoioamento.

Projeto de Lei: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) Autuado sob o nº 207/2022, do Deputado Dr. Batista, que reconhece as pessoas com doenças renais crônicas como portadores de deficiência, para todos os fins de direito, no âmbito do Estado do Paraná. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiado.**

Ainda registro a presença dos Vereadores de Alto Paraná, Sr.^s Rogério Weiss e José Nilton, e da Sr.^a Carolina Marcone, também por solicitação dos Deputados Adriano, Tião Medeiros e Tiago Amaral. Sejam bem-vindos.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 75/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 8/2022, que altera dispositivos da Lei n.º 17480, de 10 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Informações do Governo – Paraná, cria o Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – Paraná e o Programa Estadual de Informações Integradas, e da Lei n.º 19848, de 3 de maio de 2019, que dispõe sobre a organização básica administrativa do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

ITEM 2 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 115/2021, de autoria dos Deputados Delegado Recalcatti e Goura, que concede o Título de Utilidade Pública ao

Veterano Jatobá Futebol Clube, com sede no município de Araucária. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como indicam o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Estamos aguardando ainda os votos dos Deputados Alexandre Amaro, Delegado Fernando Martins, Gilson de Souza, Marcio Pacheco, Nelson Justus e Ricardo Arruda. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Gilson de Souza, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Ricardo Arruda e Tercílio Turini (10 Deputados).*]
Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 115/2021.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 351/2021, de autoria do Deputado Paulo Litro, que determina que os agressores que cometerem o crime de maus tratos arquem com as despesas do tratamento do animal agredido, bem como participe de medidas de conscientização. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos

Animais. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto, ressalvada a emenda. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Reichembach, Ricardo Arruda e Tercílio Turini (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 351/2021.**

Em votação a emenda. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não.

DEPUTADO GALO (PP): É o Galo, aqui atrás. Desculpe-me, Presidente, não identifiquei quem é o colega Paulo Henrique Coletti Fernandes! Quem é, Presidente? Desculpe a minha ignorância! Tanto tempo na Casa aqui...

DEPUTADO PAULO LITRO (PSD): Acho que nem o Presidente sabe quem é. Sou eu, Deputado Galo, o Paulo Litro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Paulo Litro.

DEPUTADO GALO (PP): Oh, Paulo Litro! Desculpe-me, Deputado. Grato, Turini! Desculpem-me. Paulo Litro.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Requião Filho, Soldado Fruet e Tercílio Turini (13 Deputados).]* Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a Emenda. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável da Deputada Maria Victória.)**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 609/2021, de autoria do Deputado Tercílio Turini, que concede o título de Paraíso das Serras do Paraná ao município de Candido de Abreu. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados.

DEPUTADA MARIA VICTÓRIA (PP): Senhor Presidente, gostaria de registrar o meu voto favorável no Item 3; votei, não sei por que não apareceu na tela o voto. Se puder registrar. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Maria Victória, vamos registrar em Ata. Aguardando os votos do Deputado Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Coronel Lee, Gilson de Souza, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Plauto Miró. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo,*

Nelson Justus, Plauto Miró e Tercílio Turini (11 Deputados).] Com 43 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 609/2021.**

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 627/2021, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede o Título de Utilidade Pública ao Instituto Humanitário Remindo Vidas, com sede no município de Bandeirantes. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Registramos a presença nesta Casa dos Vereadores de Dois Vizinhos, Sr.^s Carlos Mangini, Chico Pereto e Cledemir Mezono, por solicitação do Deputado Paulo Litro. Sejam sempre bem-vindos. Votação encerrada: **[Votaram *Sim*: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (40 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Gilson de Souza, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Plauto Miró e Tercílio Turini (14 Deputados).]** Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 627/2021.**

ITEM 6 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 73/2017, de autoria do Deputado Gilberto Ribeiro, que institui a Semana do Consumidor Paranaense e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa do Consumidor. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (42 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Gilson de Souza, Luiz Claudio Romanelli, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Plauto Miró, Soldado Fruet, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (12 Deputados).] Com 42 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 73/2017. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Soldado Fruet.)

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, aqui, Soldado Fruet.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Estamos encontrando dificuldades de votar aqui no aplicativo. Registre o meu voto “*sim*” no Item 5, por favor..., aliás, Item 6.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Vamos registrar em Ata, Deputado.

ITEM 7 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 264/2021, de autoria dos Deputados Mabel Canto, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Luciana Rafagnin, Boca Aberta Junior, Goura, Luiz Claudio Romanelli e Michele Caputo, que institui a Semana de Conscientização sobre o Ciclo Menstrual, a ser realizada anualmente na semana que compreende o dia 28 de maio. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. O Projeto está em regime de urgência. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”, Presidente.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): Liderança do Governo também pede voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (44 Deputados); **Não** **Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Elio Rusch, Gilson de

Souza, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (10 Deputados).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 264/2021.**

Senhores Deputados, os Itens 8 e 9 vamos fazer votação agrupada. As matérias são correlatas.

ITEM 8 – 1.º Discussão do Projeto de Lei n.º 93/2022, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Moradores dos Cinco Conjuntos, com sede no município de Mandaguari. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 122/2022, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Vida Nova, com sede no município de Cornélio Procópio. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão os Projetos. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “*sim*”.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Liderança do Governo pede voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: [***Votaram Sim:*** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41

Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Del. Fernando Martins, Gilson de Souza, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Plauto Miró, Ricardo Arruda, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 10 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 190/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 33/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTI (PL): Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tiago Amaral e Tião Medeiros (43 Deputados); **Abstenção:** Soldado Fruet (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Gilson de Souza, Marcio Pacheco, Michele Caputo, Nelson Justus, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (10 Deputados).] Com 43 votos favoráveis, 1 abstenção e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 190/2022.**

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 191/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 34/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Liderança pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Oposição pede voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Arilson Chiorato, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhner, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (40 Deputados); **Não votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Gilson de Souza, Marcel Micheletto, Michele Caputo, Nelson Justus, Nereu Moura, Reichembach, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 191/2022.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Com a sua discussão adiada...

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, temos aqui as respostas aos requerimentos 1346 e 22.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Pois não.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): E da Deputada Mabel, o requerimento n.º 1.367, também temos as respostas aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Os requerimentos serão retirados pelos autores?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, o Líder do Governo pediu para que retire o requerimento e façamos um requerimento em nome de todos os Deputados. Para mim sem problemas; desde que o requerimento seja encaminhado em nome de todo mundo, sem problema algum.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Acordado e faremos em conjunto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Então, estão retirados pelos autores. (Requerimentos adiados de Sessão anterior dos Deputados Arilson Chiorato, protocolados sob os n.ºs 1346 e 1383/2022, e Mabel Canto, protocolado sob o n.º 1367/2022, retirados pelos autores.)

Tem o Item 15, do Deputado Homero. **Requerimento n.º 1408/2022**, do Deputado Homero Marchese, adiado de Sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Presidente da Copel, Sr. Daniel Pimentel Slaviero, conforme especifica.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Acordado, então, como envio de expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

O 16, da Deputada Mabel. **Requerimento n.º 1419/2022**, da Deputada Mabel Canto, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, Sr. César Augusto Neves Luiz, acerca do número de nascimentos no Estado do Paraná nos anos de 2019, 2020 e 2021.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Também enviar como expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Vai como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

E o 17, da Deputada Cristina. **Requerimento n.º 1420/2022**, da Deputada Cristina Silvestri, adiado de Sessão anterior, solicitando informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Sr. Wagner Mesquita de Oliveira, a respeito do IML de Guarapuava, nos termos que segue.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Enviar como expediente, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Acordado, encaminhado como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimento n.º 1439/2022, da Deputada Mabel Canto, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde acerca da mudança da finalidade da Unidade Básica de Saúde Sady Macedo Silveira, no município de Ponta Grossa.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): **Adiado na forma regimental.**

E o **Requerimento n.º 1442/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de informações ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, acerca de publicidade em pedágios desativados.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Também para discutir.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Adiado na forma regimental.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 1427 e 1428/2022, do Deputado Cobra Repórter, solicitando menção honrosa: à Sr.^a Antonia Aparecida Carlos Strik; e à Acil – Associação Comercial e Indústria de Londrina; **Requerimento n.º 1429/2022**, da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Angelina Lopes; **Requerimento n.º 1430/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda, Sr. Renê de Oliveira Garcia Junior, requerendo providências para a desoneração tributária de bicicletas e correlatos; **Requerimento n.º 1431/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Superintendente da Sudis – Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social do Paraná, Sr. Roland Rodolfo Rutyna, requerendo apoio para o transporte de estudantes indígenas paranaenses do ensino superior ao IX ENEI – Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas; **Requerimento n.º 1434/2022**, do Deputado Michele Caputo, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde do Paraná, requerendo informações acerca das ações e financiamento, realizadas ou em planejamento, sobre a implementação da Telepediatria no Sistema Único de Saúde do Paraná; **Requerimento n.º 1435/2022**, do Deputado Luiz Claudio Romanelli, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Fernando Furiatti Saboia, e ao Diretor-Geral do DER/PR, Sr. Alexandre Castro Fernandes, requerendo providências urgentes para a recuperação da Rodovia PR-151, no trecho entre São João do Triunfo até o município de Palmeira, no cruzamento com a BR-277; **Requerimento n.º 1436/2022**, do Deputado Ademar Traiano, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento da Sr.^a Angelina Lopes; **Requerimentos n.ºs**

1438 e 1443/2022, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao Sr. Rafael Safons Ferreira; ao Sr. Edson Carlos de Oliveira (Mestre Edson); **Requerimento n.º 1440/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o registro e envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Sr. André de Souza Szczarepa; **Requerimento n.º 1441/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos Diretores da Sociedade Chauá, que desde 1998 realiza ações de conservação da natureza; **Requerimento n.º 1444/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Comunicação e Cultura, Sr. João Evaristo Debiasi, alertando para a situação dos trabalhadores da E-Paraná Comunicação (EPR) e solicitando reunião com a categoria para tratar do tema; **Requerimento n.º 1445/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo envio de expediente ao Sr. Ministro Walton Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União, requerendo documentos de natureza técnica e financeira para avaliação do Projeto de Concessão das Rodovias Integradas do Paraná; **Requerimento n.º 1446/2022**, do Deputado Goura, solicitando envio de expediente ao Diretor-Presidente da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – Comec, requerendo a adoção de medidas relativas aos sinistros que envolvam o transporte metropolitano; **Requerimento n.º 1447/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Elias Vicente Andreato, nascido em Rolândia, um dos maiores artistas gráficos do País; **Requerimento n.º 1448/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado, requerendo providências para a criação de um núcleo especializado em análises de pesticidas junto à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão; **Requerimento n.º 1449/2022**, do Deputado Galo e demais Parlamentares, solicitando que a Comissão de Revisão e Consolidação Legislativa tome providências acerca da aplicabilidade da Lei n.º 21.015, de 19 de abril de 2022; **Requerimento n.º 1450/2022**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o registro de votos de congratulações ao município de Corumbataí do Sul, pelas festividades alusivas ao seu aniversário de 33 anos de emancipação político administrativa, 15.^a Festa do Maracujá e 16.^a Festa do

Cabrito Apressado, realizadas nos dias 27 a 29 de maio, com expedição de menção honrosa; **Requerimento n.º 1451/2022**, dos Deputados Ademar Traiano, Luiz Cláudio Romanelli e Gilson de Souza, solicitando envio de expediente ao Presidente da República Federativa do Brasil, Sr. Jair Messias Bolsonaro, manifestando apoio ao nome do Desembargador Federal Dr. Fernando Quadros da Silva, para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça; **Requerimento n.º 1452/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública, requerendo informações dos valores recebidos e gastos do Fundo Nacional da Segurança Pública (FNSP); **Requerimento n.º 1453/2022**, do Deputado Soldado Fruet, solicitando envio de expediente ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Penal do Paraná – Deppen, requerendo informações dos valores recebidos e gastos do Fundo Penitenciário Nacional – Funpen; **Requerimento n.º 1454/2022**, dos Deputados Tadeu Veneri, Goura e Guto Silva, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo providências para a criação do Conselho Estadual LGBTI+; **Requerimento n.º 1457/2022**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo a urgente colocação de redutores de velocidade no trecho da BR-376, entre os municípios de Marialva e Sarandi, em especial entre Marialva e o Posto de Combustíveis Amigão; **Requerimento n.º 1458/2022**, do Deputado Goura, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Sr.^a Helen Anne Butler Muralha, por seus mais de 60 anos de trabalho e dedicação na área da Medicina no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 1459/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos nomes relacionados, pela dedicação e excelente trabalho que vêm prestando para a coletividade e ao município.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 1432/2022**, da Deputada Maria Victória, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 354/2020, de sua autoria; **Requerimento n.º 1433/2022**, do Deputado Marcio

Nunes, solicitando a indicação do seu nome para compor como membro titular as seguintes Comissões: Comissão de Orçamento; Comissão de Tomada de Contas; e Comissão de Ecologia, Meio Ambiente e Proteção aos Animais; **Requerimento n.º 1437/2022**, do Deputado Rodrigo Estacho, solicitando autorização para se ausentar do País no período dos dias 18 a 26 de maio de 2022, para tratar de assuntos particulares, sem ônus para o Poder Legislativo; **Requerimento n.º 1455/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando a inclusão do Deputado Guto Silva como coautor do Projeto de Lei n.º 194/2019, de autoria do Deputado Do Carmo; **Requerimento n.º 1456/2022**, do Deputado Guto Silva, solicitando a inclusão do Deputado Guto Silva como coautor do Projeto de Lei n.º 384/2021, de autoria do Deputado Emerson Bacil.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para quarta-feira, dia 18 de maio de 2022, às nove horas e trinta minutos, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 93/2021 e 90/2022; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 351/2021; 2.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n.º 10/2021 e dos Projetos de Lei n.ºs 73/2017, 264/2021, 93/2022, 122/2022, 190/2022 e 191/2022; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 126/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 17h02, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)